



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
***CAMPUS* UNIVERSITÁRIO DE CAPANEMA**
FACULDADE DE HISTÓRIA

SARA NEVES LOPES

**O ESTEREÓTIPO DA PERSONIFICAÇÃO DO FEMININO NO ROMANCE A
ESCRAVA ISAURA: uma caracterização da residualidade medieval de cunho cristão -
patriarcal**

CAPANEMA – PA

2026

SARA NEVES LOPES

**O ESTEREÓTIPO DA PERSONIFICAÇÃO DO FEMININO NO ROMANCE A
ESCRAVA ISAURA: uma caracterização da residualidade medieval de cunho cristão -
patriarcal**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial para
obtenção de grau de Licenciada em
História, pela Universidade Federal do
Pará.

Orientador: Dr. Thiago de Azevedo Porto

CAPANEMA – PA

2026

SARA NEVES LOPES

**O ESTEREÓTIPO DA PERSONIFICAÇÃO DO FEMININO NO ROMANCE A
ES CRAVA ISAURA:** uma caracterização da residualidade medieval de cunho cristão -
patriarcal

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial para
obtenção de grau de Licenciada em
História, pela Universidade Federal do
Pará.

Orientador: Dr. Thiago de Azevedo Porto

Data de aprovação: 15/ 07/2026

Conceito: EXCELENTE

BANCA EXAMINADORA:

Orientador

Dr. Thiago de Azevedo Porto

Examinador(a) interno

Dr. Erico Silva Alves Muniz

Dedico ao Senhor dos Exércitos devido a sua
bondade para comigo e também a todas as
mulheres que se fizeram presentes na minha vida.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço á Deus, por se fazer presente neste percurso em todo tempo. Em segundo lugar á minha mãe por me dá todo o apoio que demonstrou a mim, a sua fé e o seu amor que me fez seguir neste caminho com resiliência. Ás minhas irmãs Adriane e Micaela, minhas queridas parceiras que amo como presentes que foram dados a mim. E também as minhas companheiras e amigas que tive o prazer de conhecer dentro da universidade: Elisa, Danyla, Mariele, Michele e Suzy, que foram o suporte quando estávamos em período, juntas nós enfrentamos todas as dificuldades, criando também aquelas horas de descontrações, levarei para o resto da minha vida. Á querida Fátima por me ter dado a oportunidade de ser professora, desenvolvendo como pessoa e profissional e isto também me ajudou em questão financeira quando eu ia para estudar em outra cidade longe da minha. Ao meus familiares e amigos. Aos administradores da universidade como o senhor Alessandro, Suelene, Simone e Kelly por fornecerem os esclarecimentos de dúvidas com relação aos sistemas e regularmentos da faculdade. Aos demais funcionários como os dois Franciscos e Alexandra por tornarem o espaço acolhedor. Aos meus colegas de curso. Aos professores da faculdade de História e os outros professores de diferentes cursos e universidades por serem solícitos e compreensivos com relação a nossa turma. E também por demonstrarem o conhecimento. Á minha pequena sobrinha Ângela, por encher o nosso lar de alegria e amor, que despertou o sentimento de ternura em nossa própria família. Ao seu Bené, por ser prestativo a mim e as meninas em período de moradia na cidade do campus. E ao meu orientador, professor Thiago Porto, por ter me aceitado inicialmente quando comecei esta pesquisa e esteve me guiando nesse meio tempo. E também a todos os envolvidos comigo nesta jornada e estiveram de alguma forma torcendo por mim e a todas as mulheres que me inspiraram.

RESUMO

O patriarcado é um sistema, cuja a sua existência configurou-se na história do mundo. Na cultura ocidental tomará um aspecto particular. Durante o período que concerne a Idade Média este arcabouço legitimou-se como uma esfera de supremacia autoritária na composição social da Europa, principalmente ao assumir um arquétipo religioso com os imaginários que a ordem clerical estabeleceu e logrou em difundir em relação a natureza da mulher. Estas visões foram instauradas através dos escritos documentais baseados em interpretações bíblicas ou das teologias de autores eclesiásticos como Tomás de Aquino e Santo Agostinho. O homem durante a Idade Média detinha o poder da escrita e reproduziu a imagem da mulher que perdurou por uma longa temporalidade. Durante o marco do processo de colonização no Brasil pelos europeus, a implantação deste sistema ocorreu de forma híbrida cultural e social. Pois este elemento transformou-se em outra forma para que a sua existência prevalecesse. Este estrato recebe o nome de Teoria da Residualidade, fomentada por Roberto Pontes, esse discurso compreende que há vestígios que pertenceram anteriormente a outra cultura, de uma outra sociedade e em um outro tempo. É um resíduo que adaptou-se em uma diferente forma de organização social e constituiu-se em um novo segmento. A presença do patriarcado no século XIX, pode ser observada dentro do fragmento na literatura *A Escrava Isaura* (1875) de Bernardo Guimarães, onde a construção da imagem das três mulheres da obra: Isaura, Malvina e Rosa, tomaram a característica da descrição do patriarcado ao assumirem mentalidades e providências que fornecem a visão do mesmo.

Palavras-chaves: patriarcado; feminino; clérigos; teoria da residualidade; literatura.

SUMÁRIO

1. CAPÍTULO I - CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO IMAGINÁRIO ACERCA DO GÊNERO FEMININO NA PRODUÇÃO ESCRITA.....	13
1.1. Estrutura do patriarcado.....	13
1.2. Os religiosos eclesiásticos na exposição sobre as visões do feminino na Idade Média.....	14
1.3. Desconstruindo a perspectiva de uma História moldurada pelo homem.....	17
1.4. A teoria da Residualidade.....	21
1.5. História e Literatura.....	23
2. CAPÍTULO II - ANÁLISE DO CONTEXTO HISTORIOGRÁFICO ENFATIZANDO O CAMPO SÓCIO-CULTURAL E POLÍTICO DO ROMANCE.....	26
2.1. O declínio do sistema escravocrata dentro do Brasil.....	26
2.2. Período da monarquia no Brasil.....	28
2.3. Contexto de Minas Gerais no século XIX.....	29
2.4. Cenário religioso na luta contra a escravidão em Minas Gerais.....	31
2.5. Biografia do escritor Bernardo Guimarães.....	35
2.6. Presença do contorno rupestre nas obras de Guimarães.....	36
2.7. O patriarcado e as relações matrimoniais durante o período oitocentista.....	38
3. CAPÍTULO III - DEBATE RESOLUTO DE TEOR DESTACÁVEL HISTÓRICO DA LITERATURA DEMONSTRANDO A ASPIRAÇÃO DEMARCANTE DA TEORIA DA RESIDUALIDADE.....	42
3.1. Os ideais do abolicionismo na literatura.....	42
3.2. Descrições da aversão do autor com relação aos negros e o engrandecimento da pele branca.....	43
3.3. Concepções para a formação da identidade brasileira na literatura.....	47
3.4. O catolicismo na literatura de Bernardo Guimarães.....	49
3.5. Enredo do romance.....	51

3.6. Reflexo congénere da construção da imagem do feminino no romance e no período medieval na configuração das três personagens femininas na narrativa.....	53
3.7. Resíduos do patriarcado no romance.....	63
REFERÊNCIAS.....	70

INTRODUÇÃO

Desde a formação da civilização humana, o homem era um ente que detinha poderes e privilégios dentro de uma sociedade, atuava nos centros de decisões que mediavam na composição do grupo social. Seu poder era imposto por uma ordem que regia automaticamente, associado a uma prevalência da soberania singular que atendia somente às ordens do agente masculino. Sendo um sistema que rege em todas as sociedades ocidentais, cujo a sua permanência dá – se por meio do detrimento de uma outra camada social, tendo a capacidade de modificar – se e alterar – se para que a sua existência perpetue em diferentes realidades sociais e culturais. O patriarcalismo configura – se sobre a esfera de poder de gênero, ao qual o homem tem a detenção perante as civilizações patriarcais de ser uma autoridade verídica e de autonomia orientada pelas formas de domínio social. Sua relação é de teor ambíguo, pois não é restrito somente a um âmbito ou tenha apenas um significado.

A supremacia da autoridade do homem era definida pela subjugação da mulher, colocando – a como um ser inferior comparado ao homem, ela era associada a fragilidade da sociedade e com esta percepção, a mesma não teria a capacidade de desempenhar o papel de poder, sendo este o dever do homem.

A mulher por muito tempo foi excluída do núcleo social que determinava o molde. Esses esteréotipos que criterizavam a mulher como demônio, associada a sexualidade carnal e maleável foram arquitetados pelos homens, como argumentos que pudessem justificar a mulher no estado de tutela pelo domínio do homem. A mesma é incorporada no ambiente doméstico, um local que o patriarcado definiu para o feminino. Dentro das relações matrimoniais, o papel da esposa é realizar os afazeres domésticos, gerar a prole e zelar pelos filhos e marido. O homem era o condutor da estrutura familiar, uma função que foi definida pelo patriarcado, onde a mulher era restrita pela tutela do homem.

Desde a infância, as jovens eram educadas a agirem de forma respeitosa perante os homens, sendo tuteladas pelo seu familiar masculino mais próximo, pois entendia – se que ela era incapaz de pensar e agir ou de tomar o poder de escolhas de sua vida fora do alcance do homem.

Há infinitos debates acerca do patriarcado dentro da história, com múltiplas pesquisas que buscam compreender acerca desta ordem e seu caráter que tende a excluir a participação das mulheres na construção da história. O sistema patriarcal se alicerça na estrutura social e abrange outras categorias como a política, a família, as relações de poder, produção de ensino e religião.

Na Idade Média, a mentalidade da Europa era construída pelo sistema do patriarcado, ao qual o gênero masculino detinha poderes sobre a sociedade de proporção autoritária, legitimando – se através da religião, difundindo imaginários por meio desta instituição que desqualificava as mulheres como seres de autonomia própria com capacidade de agir. Essas mentalidades foram reforçadas pelos eclesiásticos da igreja católica e utilizados como argumentos para limitar a mulher somente a subordinação ao homem e ao ambiente doméstico. A construção da imagem da mulher é realizada da compreensão da distinção entre os gêneros feminino e masculino e as suas funções sociais. O homem é um ser que detém o predomínio, exercendo o uso da razão enquanto a mulher é uma figura que deve ser submissa a este sistema atendendo aos critérios que lhe são impostos. A igreja católica dividiu o mundo em dois: o bem, espiritual, e o mal, demônios.

Neste aspecto, a distribuição espiritual é composta pelos servos de Deus, que seriam os homens seres perfeitos e os servos das obras demoníacas, neste caso seriam as mulheres, que fazem os homens pecarem. Devido a esta compreensão o homem deveria controlar a natureza carnal e maléfica da mulher para que ela não destruía a ordem da sociedade. Os escritos medievais que descreviam a mulher de forma pessimista e subordinada ao homem, foram muito eficazes para que estes imaginários apregoassem no pensamento da sociedade. A compreensão da capacidade de escrever era detido somente ao homem, este por sua vez, produziu interpretações sobre a natureza da mulher utilizando discursos de monges e de trechos da bíblia com o intuito de legitimar estes argumentos. O processo de colonização do Brasil pelos europeus, permitiu que estas mentalidades continuasse na estrutura social e cultural dos brasileiros, adotando algumas estratificações dos povos ibéricos na formação do país. A continuação do patriarcado no Brasil se dará pela hibridização cultural, entende – se que hibridização são elementos remanescentes que mesclam – se com elementos de outras culturas, processo chamado de hibridização cultural. (Soares; Medeiros, 2014, p. 53). Ao qual proporcionou a manutenção do patriarcado, contudo não da mesma característica de sua forma original, ele foi fragmentado e adequado para ter vida em uma outra civilização. Essa hibridização pertence a Teoria da Residualidade. O professor Roberto Pontes definiu como um elemento residual o que é “de uma época para outra e tem a força de criar de novo toda uma cultura” e “resta de alguma cultura”. (Soares; Medeiros, 2014, p. 53). Estes fragmentos adquirem uma nova forma, num processo contínuo que implica na transfiguração em novos moldes que anteriormente eram de outra cultura, mas adaptou – se a uma nova época, espaço, sociedade, cultura e história. Nesta abordagem, a literatura *A Escrava Isaura*, do escritor Bernardo Guimarães será um mecanismo de análise da presença dos resíduos patriarcais dentro da obra, em que a descrição das três personagens mulheres: Isaura, Malvina e Rosa são expostas pelo olhar do homem. Segundo Jacome e Pagoto:

O modelo de mulher, seguindo os padrões da cultura patriarcal, é representado na literatura brasileira em caráter peculiar, mostrando como o sexo feminino incorporou a cultura e naturalizou os processos de dominação. As representações das mulheres na cultura são cerceadas pela imagem do sujeito masculino. [...] (Jacome; Pagoto, 2008, p. 13).

Na narrativa do romance as três personagens são referidas seguindo a concepção do homem e da autoridade do patriarcalismo, que tinha a mentalidade da inferioridade da mulher e pela escrita produziu a imagem do feminino de acordo com o que entendia. O escritor reforçou em sua obra os papéis sociais das mulheres como seres subjugados e inerentes aos homens.

Assim como na Idade Média, a escrita serviu de mecanismo para construir a imagem da mulher sob a perspectiva do homem, ditando funções sociais ao qual ela deveria ser inserida, estabelecendo critérios que caracterizassem a sua índole segundo a religião cristã de predomínio patriarcal. De igual paralelo, no século XIX, a escrita também tinha a projeção de construir adeptos para a formação da identidade brasileira, reforçando atributos da imagem da mulher para o futuro da nação associado ao senso de religiosidade e subordinação ao homem. As três personagens do enredo, seguem a tendência da perspectiva do patriarcado. Isaura é incumbida de uma extrema beleza e educada, segundo os moldes da sociedade direcionada por homens, atendendo a estes critérios que lhe são impostos de forma submissa, dotada de um domínio aos serviços domésticos, mas a característica que é a mais destacável é sua personalidade obediente e excessivamente gentil, que evita qualquer tipo de intento desonroso que a façam desobedecer aos seus princípios morais e religiosos, um aspecto que é aplausível para a sociedade oitocentista, que foram resultados do processo de colonização do Brasil. Malvina segue os critérios que uma mulher deveria seguir, ensinada desde a infância a aderir aos ideais e ambicionando um matrimônio no futuro assim como todas as mulheres do século XIX deveriam desejar. As duas personagens são tuteladas por homens, o que proporciona uma visão favorável ao público leitor. A personagem Rosa é estabelecida como uma mulher de natureza vilânica, uma sujeita indigna que tenta prejudicar a ordem e por não ser tutelada por homem ela tende a ser maléfica, ela é criterizada como uma mulher pecadora que tem a capacidade de fazer o homem esvanecer pelo pecado da sexualidade, é descrita como uma criatura luxuriosa controlada pelos demônios, segundo os escritos dos estudiosos religiosos da igreja católica, ao qual era dito evitar.

Ambas as personagens do romance são conduzidas pelo olhar patriarcal, fornecendo a construção do estereótipo feminino dentro da literatura do século XIX, impondo às mulheres a

papéis de inferioridade como na Idade Média, excluindo desta forma a participação das mulheres na história.

Contudo, esta ausência de certa forma reabre a possibilidade de uma investigação da história das mulheres, que tiveram a sua participação excluída da fonte de escrita.

CAPÍTULO I

CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO IMAGINÁRIO ACERCA DO GÊNERO FEMININO NA PRODUÇÃO ESCRITA

1.1. Estrutura do patriarcado

O conceito do patriarcalismo é peculiar e substancial, podendo ser compreendido como uma estrutura que sofreu as mínimas alterações com o intuito de facilitar a sua existência em determinados ambientes sociais. Esta palavra remete a ideia de restrição social, que tem a capacidade de impôr limites, soando em um tom mais impactante do que outros verbetes do dicionário. Sua história e os seus significados são amplos, sendo capaz de estigmatizar a sociedade de uma autonomia regente, distribuindo e criando leis de caráter irreversível e obrigando a outrem segui – la rigidamente sem a opção de ser questionada.

O patriarcalismo pode ser definido como uma estrutura sobre as quais se assentam as sociedades contemporâneas. É caracterizado por uma autoridade imposta de forma institucional pelo homem sobre as mulheres [...] permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura. (Barreto, 2004, p.64).

Tal descrição comprova que o patriarcalismo tem em seu âmago a necessidade de excluir e invalidar a participação da mulher em várias esferas sociais e temporalidades, através de elementos culturais. O patriarca historicamente detinha poderes e privilégios dentro da família e corpo social, sendo o senhor que assumia todas as responsabilidades dentro de seu grupo. Sua voz representava o interesse de seu lar, dotado de realização coletiva. O homem era o ser imperativo dentro da sociedade patriarcal. Digno de respeito mútuo entre sua esposa, filhos ou empregados, assumindo a função de uma autoridade divina na terra. Suas escolhas seguiam critérios que procuravam suprir o bem – estar comum. Sendo caracterizado como um agente protagonista dentro da história, não havia a possibilidade da mulher ter o mesmo papel que ele, cabia – lhe a secundariedade ao seu dispor seguindo segmentos institucionais da ordem patriarcal.

A hierarquia de gênero é respeitada de forma rigorosa, persuadindo o inferiorizado a seguir a mesma mentalidade vigente possibilitando a manutenção da superioridade do gênero masculino e submetendo o feminino a seguir os seus próprios parâmetros, desqualificando – a como uma sujeita histórica que poderia agir de acordo com a sua própria vontade. Contudo, o homem criou esta barreira que a impede de agir conforme os seus desejos que são duramente criticalizados e ameaçados por esta barreira invisível, mas que possui forças de controle. Não

há uma explicação uniforme que consista em apresentar o motivo de nossa sociedade ser regida pelo patriarcado. Contudo é lícito afirmar que ele é uma estrutura que adapta – se de acordo com a sua necessidade. Historicamente foi uma mentalidade que perdurou ao longo dos séculos. O seu tempo preciso de existência na face da terra é incontável.

Allen (1985) e Rivera (1990) explicam que há uma política que é definida pelas relações de poder que foram impostas pelo sexo, o dado biológico que é expressado a partir de seu nascimento, que perante as sociedades patriarcais subjugam as mulheres tanto pela função sexual quanto pela reprodutiva; esta política terá formas variadas de cultura e época.

A filósofa britânica Carole Poteman (1985) na sua obra “The Sexual Contract”, discorre que na base das sociedades patriarcais existe um “pacto fundador” que não é social. Contrapondo – se ao de Jean Jacques Rousseau do “Social Contract”, mas que na realidade há o contrato sexual, que mostra a diferença sexual na história do que é ser homem e mulher, e isto é um ponto fundamental para a sociedade.

Brochado (2019) demonstra que pelo fato de ser nascido homem ou mulher, devem seguir as estruturas sociais que são impostas ao gênero, pois cada um terá uma ação com essa diferença social.

1.2. Os religiosos eclesiásticos na exposição sobre as visões do feminino na Idade Média

Entre outros citáveis elementos que possibilitaram a sua existência como uma instituição do mundo espiritual que deteve por muito tempo os poderes legislativos que executava o gerenciamento e fiscalização destas leis de caráter puramente religioso era a instituição de ordem clerical, que tinha a capacidade de moldar a mentalidade e o comportamento social na Idade Média. Os escritos eclesiásticos corroboravam que a mulher era naturalmente um ser pecaminoso, que influenciava o homem a desviarem – se do caminho da salvação.

Ser um teólogo ou monge no mundo Medieval significava ser dotado do conhecimento sagrado e letrado, portanto suas palavras eram a personificação e o contato com o poder divino que lhe deu a sabedoria de guiar o povo de Deus ao caminho da luz, igualável a uma sociedade teocrática. A desobediência às palavras destes servos de Deus é o castigo da ira amarga do próprio Senhor. Os eclesiásticos difundiram através de seus escritos que a mulher era a representação do demônio na terra, agindo com as suas maquinações e artimanhas para corromper o homem.

Segundo Martins (2013, p. 139) “De uma forma geral, os teólogos aconselhavam os homens a desconfiarem das mulheres, já que estas, em sua opinião, constituíam um perigo para a sociedade”.

No período da Idade Média, os escritos e a instrução eram conferidos aos clérigos, assim como escolas e universidades formavam uma educação cristã voltada para a instituição católica, justamente por esta distinção compreendia – se as pesquisas e palavras dos teólogos eram autênticas, pois o poder do divino lhe concedeu tal discernimento.

Brochado (2019, p. 65) afirma: “pois sendo a escrita um registro, permite melhor a seleção daquilo que será representativo de cada tradição”.

Desta proporção os celibatários promoviam a propagação da mentalidade acerca do feminino de acordo com a harmonia de sua crença acerca do livro sagrado interligado com a leitura em partes que abordavam acerca deste tema.

A mulher entendida como encarnação do diabo na terra e vista de um olhar indigno de fidelidade perante a sociedade patriarcal, era afastada da composição que regia a ordem no mundo Medieval. Sua participação abalava o funcionamento da estrutura governada por homens, justificada pela hipótese de que ela poderia fazer o mundo ser destruído por sua conduta imoral.

“Tudo o que de importante aconteceu na Idade Média é relatado de um olhar masculino, tendo como autores privilegiados os homens da igreja por si só tendenciosos na apreciação e descrição do mundo feminino que desconhecem e temem”. (Martins, 2012, p. 01).

Allen (1985) analisa como no mundo Medieval, no século XIII, houve uma mudança que quebrou o equilíbrio que cairá sobre as mulheres. Esta mudança teve a participação das universidades com a disseminação aristotélica, que primeiramente teorizou acerca da mulher.

A maioria dos escritos medievais, era orquestrado por homens pertencentes a educação dos monastérios, viabilizando em seus escritos a descrição da mulher como um ente corrompido pelo mal, que tenta seduzir os homens descritos como figuras puras e angelicais, separados para o ofício de Deus na terra. A forte influência destes personagens religiosos permitia que estas idealizações adentrassem a mentalidade social sem qualquer resquício de estagnação pelo fato da sociedade ser patriarcal.

A partir do século XII, a imagem da mulher como um ser maligno foi ampliada pelos monges através dos relatos bíblicos, como o de Sansão que foi levado a morte por Dalila. Por estas

descrições, a mulher era acusada de ser a mediadora que trouxe o mal para a terra, destruindo a criação de Deus: o jardim do Éden. Atribuída a primeira mulher, Eva e que ocasionou o surgimento da morte a toda a humanidade. Como afirma Martins (2013, p. 142): “De facto o medo e a desvalorização da mulher não são uma criação única do cristianismo”.

Brochado (2019) Afirma que a relação que foi estabelecida com o legado ocidental, principalmente no âmbito da filosofia grega que é a base da cultura brasileira, sinteticamente a erudita criou um alicerce que foi plantado pelos filósofos da Antiguidade. Consequentemente, pela Europa ser descendente desse legado grego, no período Medieval pode – se encontrar fortes ecos desse pensamento que desqualifica as mulheres em sua condição sendo, portanto filtrados pela estrutura cristã. Desde os primórdios em várias civilizações do mundo, a mulher era tratada como um ser subjugado o qual o seu papel principal que lhe era encarregada, seria o de zelar pela sua casa e família, gerando a prole para que perpetuasse a continuação da raça humana.

Martins (2013) cita como exemplo disso a mitologia grega da caixa de Pandora. A lenda afirma que a Pandora lhe foi concedida uma caixa que estava trancados todos os males que existiam, e que era proibida de ser aberta. Contudo devido a sua curiosidade, Pandora abriu a caixa e isto culminou na origem da morte, doenças, guerras e outros impróprios da raça humana. As descrições de Eva e Pandora são quase idênticas, diferenciando somente a religião, contudo estas duas mulheres foram relatadas nos dois universos como causadoras do mal na terra. As duas alegorias testificam que a mulher carrega o peso imposto da culpa da origem da maldade que inundou a humanidade. Tendo em mentalidade esta comparação, contudo será através do cristianismo que a inferiorização da mulher exercerá uma forte influência rígida, por ser deveras com o teor mais condenativo ante estas visões estereotipadas acerca do feminino. Demonstrando que esta singularidade pertencente as civilizações de domínio patriarcal são similares pela circunstância da apresentação da subordinação da mulher como ente desprovido de exercer alguma política de autoridade.

Pires (2015) conclui que o imaginário do mundo Medieval e cristão compreendia que o diabo conhecia a fragilidade da natureza da mulher e isso referia – se ao seu corpo carnal, que segundo Martins (2013, p. 140) “era a fonte dos pecados da carne”.

Pires (2015) salienta que estas postulações eram a justificativa para que a mulher fosse excluída do papel sacerdotal, explicando que o seu corpo apresentava obstáculos a possuir o pensamento racional.

Nogueira (1991) respalda que ao homem, o corpo reflete a alma, por ser a criação de Deus e a sua imagem e semelhança. Quanto a mulher tal pensamento inverte, ao ser mencionada que foi criada a partir de uma parte do homem. Por este fato, ela deveria ser submissa ao homem.

Ventorim (2005) explica que os teólogos medievais se baseavam na narrativa da criação da mulher no livro de Gênesis para que desenvolvessem ideais de característica misógina, de repulsa eclesiástica e que tal vislumbre explicasse a natureza inferior da mulher por estas formulações interpretativas de acordo com a bíblia.

Brochado (2019) salienta que a dinâmica da Idade Média consistia na inferiorização da mulher. A partir desta compreensão é lícito afirmar que este período apresenta – se como um momento de caráter misógino que tentou excluir a participação da mulher na história.

Em consonância, Martins (2013) e Ventorim (2005) compreendem que no pensamento cristão – medieval há três modelos de mulher:

- I. A Eva, descrita como a mãe do pecado e uma mulher enganadora que pratica o mal.
- II. A virgem Maria, entendida como abençoada e redentora que traz a esperança. Sendo um padrão para as mulheres devido a ser idealizada no aspecto de pureza.
- III. A rendida Maria Madalena, percebida como uma mulher que pecou, mas recebeu o perdão de Deus. Um exemplo de misericórdia confiada a uma pecadora que abdicou de sua natureza para seguir a obediência.

Segundo Ramon (2002, apud Martins, 2013, p. 144), a Maria Madalena seria a mulher do meio termo, outrora era pecadora, mas o seu arrependimento fez com que alcançasse o perdão dos céus. Demonstrando que ela pode ser salva. Isto concede a percepção da redenção da mulher independente da força da sua natureza pecadora, por este motivo as mulheres eram enviadas aos conventos para absterem – se de sua sexualidade trabalhando na obra de Deus, seguindo os mandamentos. A instituição cristã da Idade Média buscava rotular Eva com as demais mulheres e Maria seria orientação do ser perfeito a ser paragnático. Esta utopia promove a percepção da existência da ideia de caráter clerical interligado ao social. (Mota – Ribeiro, 2000, apud Martins, 2013, p. 143).

Nascimento (1997) retoma a discussão acerca da grande difusão que as teorias misóginas alcançaram na Idade Média. Desde o início da História que abordavam sobre a mulher, é lícito afirmar a repercussão do pensamento dos teóricos antigos e medievais sobre a condição da mulher como um ente submisso. Alguns dos fragmentos de Aristóteles, São Paulo, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino construíram correntes que fortaleceram o discurso eclesiástico que inferioriza a mulher em sua natureza.

1.3. Desconstruindo a perspectiva de uma História moldurada pelo homem

Neste ponto, cremos necessário questionar a validade destes discursos como retratos fiéis do pensamento do conjunto da sociedade medieval, no que diz respeito á mulher. No final de contas não devemos esquecer que a maior parte desta produção literária foi escrita por homens celibatários, o que sem dúvida terminou por refletir suas convicções, desejos e fobias com relação a mulher. (Nascimento, 1997, p. 86).

Esta afirmação demonstra a existência de lacunas na História das mulheres, abrindo a possibilidade de uma nova rescrita e reinvestigação da História destas sujeitas que tiveram a sua narrativa moldada pelo olhar patriarcal. Abrindo a possibilidade de pesquisa na área da História, Antropologia, Sociologia e da Literatura.

A historiadora Joan Scott, defende a ideologia de que o conhecimento histórico não é somente um simples registro de alteração nas organizações sociais no decorrer do tempo, é uma ferramenta que está presente na produção do saber acerca destas organizações. Para ela, a História é um mecanismo analítico, assim como um método de análise. Pelas duas percepções, oferece um meio de compreensão e contribuição para o processo que viabiliza a produção do gênero. (Scott, 1994).

Deste modo, fica nítido por esta contestação, afirmar que o conhecimento histórico não é um registro totalmente verídico acerca das experienciais vivenciadas pelos homens e mulheres ao longo dos períodos, pois ele não registra de forma real e verdadeira as vivenciais de todos, mas permite uma compreensão sobre o processo da formação e produção do gênero.

Segundo Joan Scott, estas conclusões são frutos de reflexões e experiências que ajudam a alterar o pensamento e abre novas direções para a pesquisa e a produção do conhecimento.

Sua crítica com relação a como a história das mulheres estava sendo construída a partir da década de 1970, em relação ás descobertas das mulheres na História, demonstra que estavam inserindo estas sujeitas em lugares separados, tornando – as como pertencentes a marginalidade em relação aos documentos masculinos dominantes e universais.

Porque não houve a alteração da importância das atividades femininas nessa nova elaboração da História das mulheres. A mesma fez o questionamento sobre a clareza de respostas que pudessem buscar promover a explicitação do fato daqueles que escreveram sobre a história do trabalho, negligenciaram as evidências a respeito das mulheres, não mostraram a ausência de atenção ás mulheres no passado.

Essa invisibilidade, Scott refere – se em relação às limitações da proposta da história das mulheres, afirmando que esta tentativa de compensação, não logrou em determinadas questões teóricas e metodológicas fundamentais a esse modo de investigação.

Scott afirma que a história das mulheres tem uma força política, em potencial crítica e desafia e desafia as premissas disciplinares estabelecidas, pois ela questiona a prevalência da história do homem em desigualdade a história das mulheres. Desta visão, questiona a competência de qualquer reivindicação da história de proporcionar um registro somente do agente masculino. Esta força contribuiu em prol do meio de se produzir a identidade do conjunto e possibilitou o movimento de mulheres na década de 1970. (Scott, 1994).

Segundo Scott, a função da História em relação ao gênero é historicizar, enfatizar os significados variáveis e contraditórios direcionados á distinção sexual, a decorrência política pelo qual esses significados são moldados.

Estas questões podem de certa forma reformular, novas perspectivas ás anteriores questões em conceitos mais jovens. Incluindo as mulheres na visibilidade e também como participantes ativas, estabelecendo uma distância analítica entre linguagem fixa no passado e na terminologia e por último, apresenta possibilidades para reflexão sobre as estratégias políticas para as mulheres atuais e futuras, devido ao fato de expôr a redefinição com uma alternativa de igualdade política e social, assim como do sexo, classe e raça.

Mary del Priore apresenta aspectos que são abundantes na área de pesquisa, estudo e conhecimento histórico sobre a mulher, mostrando características como a sua essência mais íntima, uma leitura bastante necessária, de caráter científico e de redescoberta muito importante. Em sua forma investigativa, ela apresenta realidades consideradas imagináveis sobre as diferentes mulheres dentro da História. A autora afirma que a história das mulheres no Brasil corrige uma injustiça histórica e apresenta a história de mulheres esquecidas pela literatura específica.

Por muito tempo, a historiografia preocupou – se somente em relatar a história de grandes conquistas de figuras que de alguma maneira contribuíram para a quebra de certos arcaísmos, e de líderes mundiais, negando as outras camadas sociais de terem a sua história registrada na escrita documental. Em “A História das mulheres no Brasil” trazem uma nova perspectiva da história destas sujeitas, que foram deixadas de lado. Com a junção de outros pesquisadores, ela organizou concepções de diferentes análises, realizando um debate. Dentro desta coletânea há

textos de cronistas, documentos de batismo, registros de casamento e estes trabalhos de certa tonalidade são embasados com trechos de documentos, citações e notas que demonstram a sua autenticidade.

Mary del Priore apresenta o relato das histórias das mulheres negligenciadas no formato da escrita documental e que sofreram a misoginia dentro de sua própria sociedade. Como as feiticeiras, indígenas, as que não aceitavam certos adeptos patriarcais, mulheres julgadas como fora da razão, por discordarem dos paradigmas, eram vistas de personalidade negativa, e as que eram obrigadas a se direcionarem a conventos religiosos e tendo a sua liberdade restringida.

É apresentado e relatado os fatos do cotidiano destas mulheres, sua rotina, relação familiar, resistências, a regra de natalidade e do corpo feminino, o conceito atribuído pela medicina a sua característica física, as mulheres no trabalho e os seus aprendizados.

Del Priorie narra o percurso das mulheres no Brasil, do período colonial e discorre de temas relevantes como sexualidade e gênero. Utilizando fontes, jornais, e revistas e literaturas para buscar reconstruir períodos históricos. E mostrando um quadro do casamento ligado com a igreja católica, pois a igreja era a reguladora desta instituição desde o Brasil colonial até agora, debtendo o papel da mulher enquanto esposa que preza pelo lar. O patriarcado dentro do núcleo familiar, segundo a mesma, não era restrito ao pai, mãe e filho mas pela união de parentes, bastardos, empregados, escravos e os que estivessem presentes com eles, criando laços de afetividade recíproca. A investigação de Mary del Priore é percebido como importante, ao fazer um atributo contemplativo e inclusivo a uma nova história das mulheres, apresentando um olhar sem a intervenção do homem nestes horizontes investigativos.

Como afirma Brochado (2019, p. 64): “No entanto, e cada vez mais, nos chegam informações por meio de pesquisas, que nos mostram que uma suposta dominação masculina inquestionável, frente a um suposto silêncio feminino na história, não é argumento sustentável”.

Através desta menção é constátavel a importância das novas descobertas científicas acerca das mulheres no período medieval. As novas pesquisas apresentam a nova característica da mulher, fora da visão do patriarcado. Apesar da Idade Média ser regido pelo gênero masculino, contudo há relatos de mulheres intelectuais que produziram a escrita científica utilizando pseudônimos em suas obras, tal ocorrido demonstra que estas mulheres não estavam completamente estagnadas ou subordinadas a estrutura que regia a sociedade.

Deplagne (2019) defende a necessidade da construção não apenas histórica das mulheres medievais, mas também de seus escritos que foram negados durante muito tempo pela hegemonia de gênero, e que a estas sujeitas, a escrita era de difícil acesso. A nova análise da

produção intelectual destas mulheres medievais dá – se a partir de um novo olhar, sobre as ideias preconcebidas acerca destas participantes históricas e a sua relação de gênero, que lhe foi atribuída.

Deplagne (2019) conceitua este novo horizonte de decolonial. O pensamento decolonial permiti – nos fazer uma referência às possibilidades de uma mentalidade crítica a partir da concepção do feminino como um ente que foi descrito de forma negativa pelo patriarcado através da instituição católica para suprimi – la como sujeitas históricas. Brochado (2019) entende que é uma dívida com a memória feminina.

1.4. A teoria da Residualidade

Teodósio e Holanda (2020, p. 02) mencionam que “as construções sociais baseadas no patriarcado foram tão difundidas nas sociedades Antigas e Medievais” que ainda é possível enxergar estes resquícios desta prática em nossa sociedade”.

A descrição de uma História permanente numa sociedade contemporânea prevalece em análises investigativas, quando estabelece – se uma certa conexão de passado e presente. Apesar da Idade Média aparentar ser uma época longínqua, contudo algumas estruturas sociais e culturais permaneceram e difundiram em outras sociedades e temporalidades distintas. Contudo, estes fragmentos sofreram alguma espécie de adaptação para sobreviver, aceitando o conformismo para permanecer vivo. O professor Roberto Pontes conceitua esta permanência de resquício de Teoria da Residualidade

Esta teoria, segundo Pontes (2006) possibilita analisar as conexões em analogia e distinção entre povos com suas diferentes culturas em qualquer época. Destacando elementos que existem, os aproximando do passado e presente, mas que, contudo, sofreram as necessárias adaptações de acordo com a temporalidade e a mentalidade social.

É dito acerca da teoria da Residualidade:

Resíduos são aquilo que remanesce de uma época para outra e tem a força de criar de novo toda uma cultura, toda uma obra. O resíduo é dotado de extremo vigor ... O resíduo é aquilo que resta de alguma cultura. Mas não resta como material morto. Resta como material que tem vida, porque continua a ser valorizado e vai infundir vida numa obra nova. Essa é a grande importância do resíduo e da Residualidade. (Pontes, 2006, p. 08 - 09).

Entende – se que todo momento histórico deixa um legado, seja benéfico ou não. Infinitas gerações nascem e morrem, mas estruturas sociais e culturais permanecem numa composição de uma sociedade e ainda existirá por séculos. Estes resíduos carregam elementos que pertenceram a um conjunto social anterior, pois é o reflexo de um imaginário que abriga um corpo que expressa algum tipo de valor. Esta adaptação cultural e social recebe o nome de hibridação cultural, onde vê – se necessário adequar – se no âmbito cultural. Em consequência disso, recebe um novo rosto e personalidade de tempo e espaço. (Soares e Medeiros, 2014, p. 53). Durante o processo de colonização portuguesa no Brasil, ocorreu a hibridação cultural, social, racial e estrutural. Estes portugueses, descendentes de uma sociedade que vivenciaram o período medieval e tinham a mentalidade cristão – patriarcal, ocasionaram essa transferência e permanência do imaginário clerical acerca da mulher no Brasil.

Essa visão sobre a condição feminina deixará marcas, desta vez na literatura oitocentista, momento que buscava – se criar um sentimento de união patriótica nos brasileiros, buscando descrever obras que fossem pertencentes a cultura no Brasil. As literaturas são uma fonte de registro que reflete acerca do pensamento coletivo predominante.

Soares e Medeiros (2014), pontuam que estes elementos remanescentes mesclam – se juntamente com o de outras culturas assumindo novas características para adaptar – se aos novos tempos e ambiente. Estes elementos de adaptação podem ser visíveis na literatura brasileira. A presença do patriarcalismo pode ser notada na literatura ao descrever o homem como o senhor e a mulher como secundária.

A distinta presença em espaços do homem em um ambiente mais elevado demonstra certas permanências de mentalidades de caráter do mundo medievo, principalmente quando o cristianismo está descrito dentro do contexto, pois a devoção e reza consequencia com a relação entre as personagens, o que torna mais condenativo quando a mulher dentro do enredo age de forma diferente do decoro social e religioso. Apresentando uma certa dualidade que torna – se pesado sobre o feminino que toma decisões por si. Tal aspecto comprova a remanescência do imaginário medieval acerca do papel da mulher na sociedade brasileira.

Segundo Jacome e Pagoto (2008, p. 10): “As representações do sexo feminino na literatura também revelam uma face da História de opressão das mulheres a partir do exame das tradições da cultura patriarcal”.

A partir de uma releitura de caráter social há a denotação da construção de estereótipos que laiva a imagem da mulher dentro da literatura, apresentando caracterizações similares aos que os monges impuseram a condição da mulher como ser. Revelando um estado de exclusão da História do feminino, que sempre foi descrita pelo olhar masculino. Estas literaturas de autoria patriarcal promove um modelo de mulher que segue os critérios da ordem religiosa e patriarcalista, que a incorpora nessa cultura hegemônica.

Estas representações das personagens na literatura comprovam a existência da “ideologia de gênero” instituída por Lauretis (1994), que reforça a ideia da exclusividade da dependência e submissão da mulher ao homem.

Lima (2021) afirma que a literatura é um laboratório de produção da realidade, neste sentido ela tem o papel de expressar através da sua escrita a mentalidade que estão inseridas em seu espaço e tempo. Os escritos orquestrados pelos clérigos medievais e a literatura oitocentista A Escrava Isaura (1875), apresentam caracterizações peculiares com vestígios paralelos entre si, resultando numa Residualidade de teor patriarcal ao qual a imagem da mulher naturaliza esta cultura.

Apesar de uma das personagens do romance ser a protagonista da trama, contudo a sua condição como mulher na sociedade a prende no exercício do decoro social associada a sua devoção religiosa, principalmente quando a mesma é tutelada pelo seu senhor, pai e o seu pretendente, ressaltando a visão de que a mulher é um ente que depende do homem para existir. As outras duas personagens que surgem no decorrer da trama demonstram descrições que seguem a tendência das visões dos religiosos medievais acerca da natureza da mulher. A literatura fornece o imaginário social, contudo cria em decorrência a permanência destes resíduos literários possibilitando esta continuação da estrutura patriarcal na sociedade brasileira atual.

1.5. História e Literatura

A História e Literatura durante muito tempo, foram compreendidas como áreas do conhecimento desconexas e sem proximidade entre si, cada uma com a sua particularidade e sua essência. Essa distinção ganhava pretextos ao buscarem o papel que cada uma deveria exercer.

Esta temática, nos dias de hoje é referenciada como promissora devido às diversas pesquisas recentes no meio teórico. Com o surgimento de novos objetos de pesquisa, temáticas e abordagens, alteram a produção intelectual dos historiadores e literatos.

Autores como Sidney Chalhoub (1998), conhecido pela análise da interdisciplinaridade da Literatura e História, desbrucha – se de uma nova forma de ambas as disciplinas entrecruzarem e poderem complementarem – se entre si de um jeito mais diversificado, com o objetivo de que seus fragmentos possam se conectar e construir um infinito campo de possibilidades.

A Literatura apresenta resquícios de inquirição fundamentais para a reconstituição da História. Segundo Sidney Chalhoub (1998), a Literatura pode ser utilizada como fonte de pesquisa, que procura compreender “aquilo que as pessoas fazem com o que fazem dela”, como se apropriam dos espaços de “manobra, de movimento”, no interior de estruturas tão “acachapantes”, a exemplo das estruturas sociais, emergindo, onde visivelmente somente demonstra vitimização e dominação.

Todavia, é necessário que o historiador use, o mesmo rigor metodológico, ao qual é imposto às pesquisas documentais. Pois o historiador deve manejá – lo como um objeto investigativo.

O historiador Sidney Chalhoub (1998) reflete sobre a Literatura na perspectiva da História social, abrindo uma possibilidade de historicizar a obra literária, incluindo – a no movimento da sociedade, pesquisando os meios cabíveis de relação entre a Literatura e História e a forma como a obra literária representa ou constroí a sua conexão com a realidade social.

Atribuindo a percepção de que alguns romances de literatos, há questões pertinentes que evidenciam fatos históricos, cujo objetivo não é a substituição da fonte imaginária pela História, mas a abertura de um caminho que aproxime a ficção e a realidade. Onde podem realizar a interpretação dos diálogos entre os personagens fictícios, com o momento histórico ao qual estão inseridos, de um determinado romance, compreendendo que a obra possa não estar totalmente condizente com os discursos deste período, porém observando – a como um produto de uma coleção de questões que envolvem tanto autor como a literatura quanto os seus leitores.

Para Nicolau Sevcenko (1983), as escritas literárias têm o potencial documental, na pesquisa histórica. A composição literária mostra essa potência como fonte documental, não somente pelas cenarizações e contextualizações históricas ou de análises detalhadas dos processos de construção do enredo, contudo como uma instância complexa abundante das mais variadas significações, que incorpora a História com todas as suas demais características, particularidades ou um todo, formais ou temáticas, reprodutivas ou criativas, de consumo ou produção. A função do historiador seria o de vê fatos e o do literato é o de construir uma possibilidade de tornar – se real.

Contudo, Roger Chartier (2009), corrobora que há muitas circunstâncias que podem contribuir para que a diferença entre História e Literatura não seja fundamentada. As literaturas não demonstrariam essa atuação de interpretação do passado, pois elas apropriam – se não somente do passado, como de documentos e de técnicas encarregadas de manifestar a condição do conhecimento da disciplina da História. A percepção de que na sociedade atual, a fomentação de uma afirmação e justificação de identidade tende a moldar uma nova rescrita do passado que desregulariza as contribuições do saber histórico, é uma de suas primeiras evidências deste processo.

Esse discurso pressupõe a desconstrução das metodologias históricas e seus critérios que foram estabelecidos, no senso crítico que foram regidos.

Segundo o historiador Roger Chartier (2009) a distinção de ambas as áreas de conhecimento remete a esta preocupação: as representações da Literatura no passado esquivam do fato real para a ficção, as propostas da mesma podem interferir no registro da História, nos ocorridos e de pessoas que estiveram inseridas nestes relatos. O uso indevido, pode acarretar na transformação de registros históricos em simples ficção.

Portanto, ambas as duas disciplinas devem compartilhar e dialogar da mesma proporção, a dialética, entre realidade social e representações estéticas em que uma determina a outra. Contribuindo, com a sua produção histórica e literária.

CAPÍTULO II

ANÁLISE DO CONTEXTO HISTORIOGRÁFICO ENFATIZANDO O CAMPO SÓCIO-CULTURAL E POLÍTICO DO ROMANCE

2.1. O declínio do sistema escravocrata dentro do Brasil

O século XIX no Brasil, foi um período de característica conturbadora pelos elementos sociais, políticos e culturais, que mesclavam – se em sua orientação nacional. Durante o Brasil Império, no início e a metade do marco oitocentista, a sociedade era composta pelo sistema escravocrata ao qual o negro era considerado um mero produto de mercadoria, sem a capacidade cognitiva, objetificado como uma máquina de realizar trabalhos domésticos e manuais, qualificado como um sub – humano.

A distinção racial no Brasil era visivelmente explícita através do olhar de um historiador que analisasse o aspecto social deste cenário marcado pela perspectiva de superioridade de cor: a eugenia. A cor da pele era um fator primordial e classificatório na composição do corpo social, na qual o agente histórico seria submetido e inserido para executar um determinado papel. A eugenia tinha a tarefa de selecionar a classe hierárquica de acordo com a sua ideologia de cor prevaiente, utilizando o mecanismo de subjugação sócio – cultural e racial que estereotipava os indivíduos que não estavam inseridos neste parâmetro racial. Neste momento, havia indícios de movimentos abolicionistas através de ações como a formação de quilombos, as constantes fugas de escravizados das senzalas, exposição de alguns jornais contra a escravidão, as literaturas a favor da abolição e a criação inicial de leis que tentavam gradualmente encerrar esse sistema, além das pressões internacionais que ambicionavam o fim definitivo da escravidão no Brasil por circunstâncias econômicas.

A influência internacional exercia predomínio sobre a nação brasileira, idealizando que não seria benéfico no quadro financeiro utilizarem a mão de obra escravizada africana. A sociedade brasileira constitui – se pelos princípios de concepção baseados na economia política e da plena liberdade do homem de relacionar – se com outros indivíduos através do comércio como uma troca de moeda que beneficiaria a todos os envolvidos. Denotando um aspecto mormente na composição social, legitimando essa necessidade humana de trocar e receber, controlado por um mecanismo que auto estabeleceria a forma de regulamentação. O Brasil, historicamente devido ao processo de colonização seguia os segmentos sociais, econômicos, políticos e ideológicos influenciados pelos reinos em estado de ascensão mercantil como a Inglaterra.

O reino inglês, pioneiro da industrialização no mundo, adotou um novo modelo de gerenciar a economia no país: o trabalho livre. Ao qual o indivíduo venderia a sua mão de obra a força

capitalista. Definindo os agentes em produtores e consumidores que seriam essenciais para a manutenção do funcionamento do recém – formado sistema financeiro, abolindo a escravidão forçada dos africanos. Esse novo modelo incumbia os parceiros comerciais da Inglaterra a aceitarem essa nova decisão, o que tornava a liberdade de trabalho como uma forte oposição ao trabalho escravizado. Antes de tudo a abolição da escravidão no Brasil significaria a perda do capital para os senhores de escravos, outrossim, a retirada permanente do direito de exercer autoridade de posse sobre os seres humanos.

Lima (2005) argumenta que os termos escravidão e liberdade são jurídicos no período escravista do século XIX, referem – se a percepção de propriedade. Sendo estabelecidos como sistema primordial da existência da economia no Brasil Império. O ato de depôr o objetivo da escravidão para outro tipo de molde totalmente diferente do que já estavam acostumados, deixava o Império a mercê da instabilidade no setor financeiro e social. No pós – independência da coroa portuguesa, no Império surge o debate acerca da quebra do gerenciamento da economia brasileira ser conduzida pelo monopólio do comércio de escravizados. A liberdade dos negros não foi pensada pela perspectiva de afeição social, mas pelo fato de ser um modelo ultrapassado em comparação ao da potência europeia, considerada base para os parceiros comerciais, incluindo o próprio Brasil.

Abreu, Dantas, Matos, Leoner e Monsma (2013) demonstram em sua análise do pensamento de alguns idealistas de pensarem na possibilidade de defender a liberdade do negro, abolindo o sistema de escravidão no Império, não pelo senso de humanidade e sensibilidade, mas pela compreensão que este padrão estava em desacordo com o modo de comércio internacional, sendo considerado um atraso na evolução do desenvolvimento no Império sob o aspecto econômico. Em decorrência das campanhas abolicionistas, este evento proporcionou a mentalidade de alguns anti – monarquistas ao interpretarem este momento como a libertação dos brancos no ato de alteração da forma do sistema de governo, ao qual compreendia – se a necessidade do homem branco desprende – se do jugo da submissão da monarquia no Brasil.

A implantação da Lei Eusébio de Queirós de 1850, estabeleceu a proibição do tráfico transatlântico dos navios negreiros com a penalidade de apreensão da mercadoria pelos Navios de Guerra brasileiros e processados pelo crime de pirataria. Esta legislação foi resultado de uma imposição feita pela Inglaterra sob as constantes apreensões dos navios que direcionavam – se para o Brasil.

A Lei Eusébio de Queirós, alcunhada como “ Lei para inglês vê”. Porque tratava – se apenas de uma legislação que agradaria a Inglaterra sem o ato de fiscalização pelo governo brasileiro. O que em outras palavras afirma que a existência desta lei era apenas para ludibriar os caprinhos impostos pelo reino inglês, na prática ocorria as constantes travessias de navios carregados das

mercadorias oriundas do continente africano escondidas dos olhos da Inglaterra. Ao decorrer do tempo, uma outra legislação será criada e promulgada: Lei do Ventre Livre, no ano de 1871.

Segundo a sua própria predição, ela libertaria todos os descendentes dos escravizados. Em sua interpretação, naquele momento todos os filhos que nascessem após essa lei seriam automaticamente livres sendo estabelecido que haveria regras de indenização do trabalho dos pequenos e o cuidado destas crianças libertadas em junção de seus compromissos com relação aos seus senhores, que deveriam em atribuição serem seus tutores. Esta lei de igual forma também conferia aos escravizados a possibilidade de acumular pecúlio, o que consequenciava na obtenção de sua liberdade através do capital acumulado, além das indenizações fornecidas aos seus senhores. O outro costume comum era o empréstimo que realizavam solicitado de terceiros para conseguirem a sua alforria.

2.2. Período da monarquia no Brasil

O Brasil Império era regido pela dinastia Orleans de Bragança no século XIX. Em 07 de Abril de 1831, por pressões internas, o imperador D. Pedro I abdica o trono em favor de seu herdeiro: D. Pedro de Alcântara. Deixando o Brasil e indo para a Europa, encerrando desta forma o período do Primeiro Reinado e iniciando o Período Regencial. Pelo fato do herdeiro ter apenas cinco anos, incapacitado de governar, necessitando ser tutelado pelo conselheiro José Bonifácio.

O Império será governado por várias regências, cada uma com características particulares e objetivos diferentes. Será um momento descrito como instável devido as eclosões de várias revoltas nas províncias do Brasil: A Cabanagem, no Pará (1835-1840), Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1835-1845), Revolta dos Malês, na Bahia (1835), Balaiada, no Maranhão (1838-1841). O cenário repercutido era definido como frágil e com a possibilidade da desintegração de algumas províncias do Brasil. A instabilidade de natureza política, econômica, social e estrutural era visível aos olhos da regência, apreensiva com o pensamento da perda do poder das províncias, viram a necessidade de intervir e tomar uma decisão de caráter urgente para assegurar a integridade do Império através do golpe da maioria de D. Pedro de Alcântara que tinha a idade de quinze anos, contudo para tomar posse do trono era preciso atingir os dezoito anos. D. Pedro II foi coroado como o segundo imperador no Brasil, dando início ao Segundo Reinado marcado por estabilidades políticas e econômicas influenciado por fatores de modernização inglesa e a insatisfação de seu governo para algumas camadas sociais.

Contudo, essa insatisfação será crescente quando o Brasil entrou no confronto na Guerra do Paraguai (1864-1871). Para alguns brasileiros, não havia a necessidade do Império envolver – se

neste conflito externo, pois a nação adquiriu mais dívidas e um grande número de perdas trágicas de civis brasileiros. A maioria dos soldados do exército do Brasil eram negros que alistaram – se pela promessa do imperador de obter a carta de alforia. Quanto aos outros recrutantes eram homens “desocupados, migrantes, criminosos, orfãos e desempregados.” (Izecksohn, 2017, p. 398). Para alguns pesquisadores, esta guerra apenas buscou responder a audácia da invasão na província do Mato Grosso, [o atual Estado do Mato Grosso do Sul] e a apreensão da embarcação Marquês de Olinda pelos paraguaianos pela razão do Brasil apoiar o Partido Colorado no Uruguai.

Há a existência de registros que demonstram alguns desses soldados negros eram escravizados que fugiram de seu senhor. Não sabia – se distinguir entre os livres e os escravizados. Inicialmente, alguns desses escravizados foram devolvidos aos seus senhores pelo exército. Contudo, a necessidade de um maior número de soldados para o embate obrigou o próprio imperador a permitir a entrada dos escravizados no exército, com a palavra imperial em destaque de conseguirem alcançar a liberdade.

Esta situação será explicitamente contestada ao patamar econômico e social do império, ao ocorrer a queda capital da agricultura no Império. Além do receio destes agentes ambicionarem a revolta, como a dos escravizados no Haiti (1791-1804). O aumento das cartas de alforia no Brasil significava para estes escravocratas, a diminuição e instabilidade da economia, e a possível abolição da escravidão no Brasil. Outra característica do Segundo Reinado foi a migração de europeus no século XIX, para ocupar a mão de obra africana após a abolição da escravidão, em 13 de Maio de 1888, pela Lei Áurea. Além da substituição da escravidão pelo trabalho livre, esta política objetivava o embraquecimento, através da miscigenação da população brasileira. A predominância da fisionomia do país era negra e a presença de estrangeiros europeus traria um código de conduta, ensinando a cultura e os costumes ibéricos aos brasileiros.

2.3. Contexto de Minas Gerais no século XIX

Marquese (2006) apresenta em sua análise grandes quilombos em Minas Gerais, cuja a população atingiu a casa do milhar. O autor discute as experiências vivenciadas pelos pretos de minas. Com as dadas condições particulares da atividade de mineração, estes sujeitos obtiveram maiores vantagens para resistir.

Os historiadores registraram a presença de um significativo aumento de quilombos em Minas Gerais. Providenciado também pelo fato de serem os responsáveis da extração de minério, exercendo o controle do trabalho dentro das minas. Este processo facilitou na crescente compra

da alforia dos pretos de minas, por acumularem as pedras preciosas que pegavam escondidas através do uso de suas artimanhas.

O Estado de Minas Gerais foi um dos mais cobiçados historicamente, sendo o lugar do segundo milagre do Brasil no período colonial, devido a descoberta do ouro na região. Fato este que ocasionou a vinda de portugueses na colônia com o propósito de enriquecerem, além da formação de uma das primeiras vilas no Brasil: Vila Rica, [localizada atualmente no município de Ouro Preto]. A atividade de mineração será essencial para o desenvolvimento da colônia no aspecto econômico. Contudo esta descoberta acirrará a disputa de território de reinos como a França que configurou estas terras como as famosas Minas de Potosí. O aumento significativo do número de cartas de alforia e os seus registros em cartórios, oficializava de forma formal e pública a liberdade do antigo cativo.

Teixeira (2014) descreve que este recurso protegia ambas as partes envolvidas. Ao liberto lhe era conferido o direito de ter a sua própria autonomia como ser humano, ao qual a escravidão havia – lhe retirado. O registro evitava, mormente que houvesse contestações relacionada ao seu antigo senhor, evitando a escravidão de libertos. O registro também adicionava os termos aceitados entre as duas partes, sendo obrigatório ao negro cumprir todas as exigências impostas de seu antigo senhor.

A província de Minas Gerais era considerada a mais populosa e de importante localização geográfica na composição da economia na primeira metade do século XIX. A expansão de uma economia mais diversificada, sem que estivesse unificada na atividade de mineração, ocorrerá por volta de 1750 possibilitando o direcionamento da atividade produtiva. (Libby, 1988). Nos anos de 1830, a população de Minas Gerais foi estipulada em 848.177 habitantes, dos quais 572.009 eram livres e 276.098 escravizados.

A população mineira era composta por sujeitos descendentes de africanos livres, os mestiços compunham 2/3 de homens livres. O aumento simultâneo de mestiços contribuiu para a formação da identidade dos mineiros, um aspecto importante nas relações sociais que estabeleciam – se no cotidiano.

Pandolf (2014) discorre que a existência de pessoas descritas como pardas não significava que seriam consideradas cidadãs brasileiras ou que tivessem os mesmos direitos que uma pessoa branca.

Com base nisso, Chaves (2014) afirma que a hierarquização social verifica a classificação dos indivíduos em três grupos, sendo o parâmetro definido é o patrimônio que esses grupos

obtiveram. Havia uma pequena quantidade de indivíduos que dispunham de uma boa condição financeira e uma grande quantidade de menos favorecidos.

A demarcação dos grupos sociais eram feitas levando em consideração o fator da aquisição do patrimônio das unidades domésticas e a sua inserção na composição da estrutura econômica. Esses recursos financeiros configuravam – se a dimensão da unidade em nível do uso do trabalho escravo, da propriedade fundiária, da produção pecuária auferida e do crédito cedido.

2.4. Cenário religioso na luta contra a escravidão em Minas Gerais

Outro aspecto de caráter social que pode ser citável na estruturação da província de Minas Gerais é a religiosidade. O processo de colonização no Brasil proporcionou a prospecção e contribuição da religião católica no início desta investida europeia. Orientada pelos povos Ibéricos, esta por sua vez, difundiu – se em todas as esferas da composição estrutural dos brasileiros.

A religião cristã foi um aspecto fundamental para a construção da identidade religiosa no Brasil, sendo um motor para as importantes decisões tomadas para a manutenção do Estado. Além de estabelecer conciliações nas relações sociais e mentalísticas do sujeito histórico durante o século XIX. A instituição da religião católica no Brasil estruturou um determinado padrão recorrente da própria crença que gerenciou o molde do pensamento do homem dentro da sociedade intermediada pela religiosidade.

O catolicismo influenciou a unificação da nação brasileira, contribuindo nas relações do cotidiano e dividindo os papéis e as hierarquias que foram implantadas pelo uso de sua autoridade como uma instituição prevalecente. A devoção a fé cristã é amplamente explícita no interior dos relatos históricos oitocentistas. Esta intrínseca exuberância demonstra o vigor que a instituição católica adquiriu desde o Brasil Colônia ao Brasil Império. Por exercer autoridade na sociedade predominantemente laica, ela fazia o uso das narrativas e trechos da Bíblia nas suas ideologias, utilizando – as como justificativas para os fatores sociais. A nação constitui – se como um Estado laico.

Dillmann (2012) afirma que o catolicismo vivenciado no Brasil ultrapassava as fronteiras sociais com sua estratificação, sendo comum a adoção as manifestações religiosas das práticas de fé que foram compartilhadas pelas ordens sociais. O catolicismo formava um sistema único de poder e legitimação perante a sociedade ao qual os valores foram formados por esta instituição que tinha a capacidade de fazer a distinção social.

O papel que a religião desempenhou na construção histórica do Brasil é inegável perante a história do povo brasileiro. É impossível não relacionar a nação com o catolicismo, pois ele

formou o molde social, sendo imprescindível para compreender a mentalidade e a esfera social, por realizar a criação de leis de caráter teocrático na terra com o intuito de fazer as massas seguirem os adeptos cristãos personificados na ética e moral, compreendidas como regimento sacro. A religião tem o objetivo de explicitar os fatos sobrenaturais, acreditando que uma certa entidade detém soberania além da capacidade humana caracterizado no culto a um ser sobrenatural. A religiosidade criou mecanismos de inserção social e cultural dentro do espaço geográfico, criando grupos divergentes, contudo, centralizado na crença do hiperfísico.

No período de pós – independência o Brasil em sua primeira constituição promulgou como religião oficial o catolicismo, reconhecendo certas autoridades clericais dentro da jurisdição. O Império dava credibilidade a igreja católica devido ao poder social que detinha e a sua forma de uniformizar sua organização e instrução mediante a relação entre Deus e o homem. Os movimentos religiosos próprios da igreja católica de característica crescente e popular exibia a forte crença e o culto ao sagrado, sendo de tendência elevada descrita como prática popular no que concerne a forte reverência a Maria e aos santos, assim como em festividades ou criações de irmandades religiosas.

A vigorosa presença da religiosidade no cotidiano dos sujeitos enaltece a subjetividade e o vínculo estabelecido do conjunto coletivo.

As ramificações das ordens eclesiásticas e as missões atribuídas com o intuito de catequizar a nação brasileira desde o período colonial foi um dos fatores que possibilitou o início da implantação da religião católica no Brasil. No século XIX, o catolicismo como uma entidade enraizada no centro socio – cultural, vigente no cotidiano interligada com o poder político e interpessoal agia de forma distinta e objetiva de acordo com o poder que lhe foi atribuído. A atuação de bispos na reforma religiosa em especial no Estado de Minas Gerais, foi um momento essencial para a permanência e a manutenção do catolicismo que estava em crise.

Um exemplo disso é o seminário de Mariana em situação de falência na vinda de D. Frei José e D. Viçoso em 1820. A chegada destes religiosos de distintas ordens clericais concebiam como objetivo no primeiro momento fazer a expansão das missões populares, atuando na educação e na formação de meninos nos colégios e seminários. (J.R.L. J e Pereira, 2021, p.03). Estas formações voltadas para a mentalidade religiosa e idealizante eram baseadas no processo formativo do clero e da sociedade conjunta. A cidade de Mariana, a partir de 1840 aumentou a sua demografia devido ao alto índice de cartas de alforrias, onde os novos libertos residirão de forma juridicamente legalizada pelos cartórios de ofícios. Nos anos que antecederam esta década o sistema escravista permeava em situação de crise em quase todo império, fortalecido pela

pressão inglesa que assumia uma postura de caráter implacável e autoritária em relação ao modelo escravista, considerando – o antigo e sem lucro capital. Estabelecendo a adoção forçada de seus aliados em um novo molde econômico. Os interesses comerciais da Inglaterra resultara na promulgação da Lei de 1850, ao qual proibia o tráfico transatlântico. Esse ultimato provocou a impossibilidade de atravessarem o oceano para capturar escravizados na África e garantir o funcionamento no mercado e o estabelecimento da economia que naquele momento era precária no interior do Brasil.

Esta quebra na orientação do mercado, explica o aumento excessivo de cartas de alforia em vários lugares do país. Além do fator lucrativo em estado de desequilíbrio, havia outra premissa que foi crucial para o aumento da insatisfação do sistema escravista: a religião católica. A complexidade desenhada pelo desenrolar dos estágios do abolicionismo são debatidas no campo historiográfico a partir da compreensão dos estudos das humanas e novas perspectivas históricas.

Os fatos que antecederam o Treze de Maio de 1888 são essenciais á maneira de atingir o preenchimento de lacunas discursivas acerca do evento. Os participantes desta emblemática situação empenharam uma importante função na sociedade mineira e brasileira. Consideramos que cada um proporcionou em suas diferentes estratégias a sua ação contra a permanência da escravidão. Segundo Sobrinho (2019) a tensão social elevada nas pequenas cidades de Minas Gerais destacaram a exuberância do conflito entre os escravistas e abolicionistas, ocorrendo perseguições entre os escravizados e os agentes da lei. Esta tensão ganhou evidência devido a participação de religiosos na luta contra a escravidão de negros. A eminência desta militância religiosa é comprovada quando padres como o padre Joaquim Soares Calixto, líder e porta – voz do Club Abolicionista participa desta empreitada, refletindo acerca do discurso e as práticas religiosas que auxiliaram no fim da escravidão no Brasil.

O combate armado e ideológico ocorreram em várias localidades, culminando em agressões e mortes de autoridades como na cidade de Três Pontas, Minas Gerais. Compreendida como a província que obtinha o maior número de escravizados no Brasil Império, sendo a sua economia baseada na agropecuária. (Slenes, 1985, p. 149). O pensamento de uma Minas Gerais abolicionista não coadunava com estas sucintas percepções. Desta forma, os escravistas foram perturbados além das revoltas que eclodiram nesses lugares, como também o crescimento espontâneo devido as ideologias abolicionistas agravadas através das fugas de escravizados, agitações sociais e a massa que discursava pela plena liberdade do homem, que por sua vez, exercia a capacidade de influenciar os agentes escravizados pelo árduo trabalho de um sistema em declínio.

O homem branco como um ser que é considerado evolutivo, deveria acatar as novas perspectivas de modernidade e isto incluía seguir os moldes da Europa. Neste citável emblema a Inglaterra como uma nação que detinha o exemplo de evolução do homem, deixando certos ideais arcaicos de lado e seguindo uma cultura de progresso em busca da capacidade do homem deter poder sobre a natureza. Isto se discutia em relação ao abolicionismo ao qual compreendia – se que era um atraso no desenvolvimento do país. Apesar do crescente ideal do abolicionismo em algumas cidades do sul de Minas Gerais, alguns escravistas estavam relutantes em acatar de imediato, e de sua maneira, estas cidades buscavam relaborar as propostas abolicionistas. O crescimento urbano, o surgimento de setores como: bancos, comércios, serviços e negócios no Brasil colocavam em explicitude a possível exclusão do sistema escravista em pouco tempo. O posicionamento da igreja como uma abolicionista e uma importante aliada na luta contra a escravidão de negros colocou em cheque o vislumbre da existência deste sistema num curto período de tempo. A visão explorável da tensão entre religiosos que discursavam utilizando – se de trechos e citações bíblicas que abordavam da necessidade de liberdade do africano, argumentando que os senhores de escravos não estavam cumprindo a lei como a do Sexagenário e a do Ventre Livre, ao qual corroboravam as ações dos senhores em rescravizar tanto as pessoas negras de sessenta anos e as crianças que nasceram livres pela lei, além do castigo excessivo e desumano imposto sobre os cativos. As fugas das fazendas realizadas pelos escravizados, segundo estes religiosos era a consequência da desobediência às leis da terra criadas por Deus, pois estes senhores o tomaram para si mesmos. O sentimento compreendido de irmandade e solidariedade para com os em situação de prisão com os grilhões da maldade do mundo, despertava nos ouvintes dos discursos de padres abolicionistas a crença em uma prática divina, ao qual era o papel do cristão de defender e proteger o seu “irmão” perseguido e preso pelas mazelas do diabo. Esses argumentos personificavam os religiosos como um ser paternal que buscava o bem de seus irmãos.

Morrer em nome do amor, pelo bem e o sagrado de Deus, sempre foi uma narrativa presente na história da igreja católica, neste contexto, simbolizava lutar dando, se necessário a sua vida em favor da liberdade do irmão preso. Desta forma, estes eclesiásticos assumiam a representação de salvadores, concebendo a ideia de dar aos “pobres” escravizados a liberdade, compreendendo que era uma prática cristã de uma bem – aventura, baseado no mandamento sagrado de “amar ao próximo como a ti mesmo”.

Freire (2012) vislumbra acerca das relações interpessoais que são formadas pela fé católica. O batismo cristão no âmbito da sociedade brasileira oitocentista era uma instituição forte e

desejada por todos os sujeitos. Os escravizados buscaram esse sacramento com o intuito de legitimarem – se a si mesmos como humanos, mas também criando as relações de solidariedade e reciprocidade por meio do sentimento de familiaridade de compadrio. Era comum um senhor de escravo ser padrinho de várias crianças de africanos. Desta forma estabelecendo os laços afetivos ao qual ambos aproveitavam – se dessa relação de apadrinhamento. Estes filhos de negros escravizados ficavam na Casa Grande, juntamente com as crianças dos seus senhores nos primeiros anos de vida. Ao crescerem tinham a sua tarefa que deveriam desempenhar. Na sua infância as crianças negra e branca brincavam juntas, criando certos laços de afinidade, mesmo assim a distinção racial que tornaria – se social era explícita pelo mecanismo de tratamento desigual a um filho de negro e ao do branco. Após a abolição da escravidão, devido a estas relações de interesse que se deram através do apadrinhamento entre senhores e escravizados, muitos deles preferiram ficar com os seus antigos senhores em troca do formato de sistema pelo trabalho livre e assalariado. A composição da sociedade mineira antes da abolição era estruturada por uma boa parcela de negros livres que crescia a cada década pelas cartas de alforia.

Este aumento demonstra de forma gradual a queda do sistema escravocrata em Minas Gerais no início do século XIX. Além das pressões europeias para a extinção da escravidão no Brasil, em várias províncias, em particular a de Minas Gerais os movimentos em adesão às crescentes campanhas abolicionistas por progressistas idealizados por um futuro mais tecnológico modelizado pela Europa, ia repercutindo nos ideais dos indivíduos, que viam a escravidão como um empecilho neste avanço. Escritores, poetas, economicistas e políticos discorriam em suas análises sobre o fim da escravidão. Muitas produções literárias tinham características debatidas acerca da exclusão do sistema de escravidão além de abordarem temas de cunho social. Entre esses escritores romancistas que elaboraram obras de caráter social e abolicionista foi o mineiro Bernardo Guimarães.

2.5. Biografia do escritor Bernardo Guimarães

Bernardo Joaquim da Silva Guimarães, nascido na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, em 15 de Agosto de 1825, foi um romancista e poeta brasileiro. Conhecido pela publicação de seu mais famoso romance *A Escrava Isaura*. Ocupou a Cadeira N° 05 da Academia Brasileira de Letras. Filho de João Joaquim da Silva Guimarães, de igual forma poeta, e Constança Beatriz de Oliveira Guimarães. Consolidou em matrimônio com Teresa Maria Gomes de Lima Guimarães, com quem teve oito filhos. Formou – se na vigéssima turma da Faculdade de Direito de São Paulo em 1851.

Foi neste lugar que esteve em amizade com os poetas Álvares de Azevedo (1831 – 1852) e Aureliano Lessa (1828-1861). Estes três estudantes fundaram a Sociedade Epicureia. Exerceu o cargo de juiz municipal e de orfãos de Catalão, em Góias duas vezes. Fez jornalismo e crítica literária no Rio de Janeiro. Em 1864-1865, viveu na Corte onde publicou o volume Poesias, contendo “Cantos da Solidão”, “Inspirações da tarde”, “Poesias diversas”, “Evoluções” e “A baía de Botafogo”. Em 1873, foi nomeado professor de Latim e Frânces em Queluz, atual Lafayette, Minas Gerais. Os romances que publicou foram: O Ermitão de Muquém (1864), O Seminarista (1872), O Garimpeiro (1872), O Índio Afonso (1872), A Escrava Isaura (1875), A Ilha Maldita (1879) e Rosaura, a Enjeitada (1883). Faleceu em 10 de Março de 1884, em Ouro Preto.

2.6. Presença do contorno rupestre nas obras de Guimarães

O escritor Bernardo Guimarães assim como outros literatos do século XIX, preocuparam – se em incorporar elementos do ambiente nacional em especial a fauna e a flora dentro de suas narrativas com o intuito de enraizar a trama no espaço brasileiro. O cenário dos enredos tentam explorar a particularidade da riqueza natural do Brasil.

Da coleção de publicações de poesias e romances, a literatura célere que repercutiu foi A Escrava Isaura, assumindo o maior destaque. Neste romance de caráter abolicionista, a ficção desenrola – se em Campos de Goytacazes, Rio de Janeiro. O cenário escolhido pelo autor difere ao que ele geralmente explorava em suas obras como O Ermitão de Muquém, O Seminarista, O Garimpeiro e O Índio Afonso que constitui – se no universo Oeste de Minas Gerais e o Sul de Goiás como traços característicos de seus escritos. (Cândido, 2006, p. 549 - 550). Nestas obras, o foco dos enredos é voltado para o cenário campestre, ao qual o ficcionista pelo senso de obrigação passa aos seus leitores a representação da cultura local, dos ambientes rurais, a personalidade dos personagens e a temporalidade. No estrato dos enredos, há a presença da dualidade na descrição e escrita de Bernardo Guimarães, ao mesmo tempo que ele tenta representar o espaço campestre do Brasil mas também utiliza o padrão erudito no ato de escrever. (Queirós e Hernandes, 2017).

Contudo devido ao crescimento e urbanização do Brasil, alguns leitores exacerbaram o exagero do autor em colocar demasiadamente a representação do Brasil através do registro rural, retornando – o como característico do período colonial. O amplo cenário regionalista em certos momentos entra em desacordo com a ambição do desenvolvimento da nação. Destarte, a explicitação de certas cenas das obras são julgadas como vulgares e inadequadas contra o bom

senso e a moral do código de conduta social imposta pelo imperativo categórico. A literatura A Escrava Isaura apresenta a exposição do cenário ruprestre habituado numa fazenda com predominância da vegetação, característica das obras da Primeira Geração do Romantismo que enfatizava a valorização da fauna e da flora, citado no período do governo de D. Pedro II.

Era nos primeiros anos do reinado do Sr. D. Pedro II. No fértil e opulento município de Campos de Goitacasses, á margem do Paraíba, a pouca distância da villa de Campos, havia uma linda e magnífica fazenda. Era um edificio de harmoniosas proporções, vasto e luxuoso, situado em aprazível vargado ao sopé de elevadas colinas cobertas de mata em parte devastada pelo machado do lavrador. Longe em derredor a natureza ostentava – se ainda em toda a sua primitiva e selvática rudeza mas por perto, em torno da deliciosa vivenda, a mão do homem tinha convertido a bronca selva, que cobria o solo, em jardins e pomares deleitosos, em viçosos gramais e pingues pastagens, sombreados aqui e por gameleiras gigantescas, perobas, cedros e copaíbas, que atestavam o vigor da antiga floresta. (Guimarães, 1875, p.01).

Neste trecho, a citação da caracterização dos elementos naturais com predomínio da extensa vegetação na fazenda onde ocorre os principais eventos da trama traz aos leitores o sentimento único de pertencimento a cultura campestre, constituindo a noção do fortalecimento de identidade. A mínima e pormerizada singeleza detalhada de aspecto descritivo, demonstram historicamente a economia baseada na agricultura, sustentando a ideologia de beleza para a sociedade explorada na paisagem natural. A idealização do espaço explora a discussão da análise das formas estruturais morfológicas e a sua relação com a trama, demonstrando a articulação do espaço apresentado e o período histórico da obra. A atmosfera social é justificada pela evidente transfiguração política que adequa – se mediante ao evento econômico em junção a campanha abolicionista.

O cenário do século XIX será marcado pelo crescimento espontâneo de publicações de literaturas que ganharão destaque ao abordar temas de teor social, mas com com enredos fascinantes que aguçavam a curiosidade do leitor. Será através do rastro da riqueza que o café proporcionou, sendo possibilitado que o Brasil comece aos poucos a ganhar um novo contorno social: a ascensão da classe burguesia, o surgimento dos profissionais liberais e o crescimento das cidades. Na ramificação das artes, houve um significativo incentivo na busca da cultura que fortalecesse os laços do sentimento de pertencimento patriótico aos brasileiros.

Durante o Reinado de D. Pedro II, o Rio de Janeiro, capital do Império, tornou – se o ponto central de referência literária e artística no Brasil. Com a expressão repensada acerca da

formação da identidade brasileira, o próprio imperador exaltava as obras dos escritores e artistas que enalteciam as características da vegetação da nação em suas produções.

2.7. O patriarcado e as relações matrimoniais durante o período oitocentista

Em suma, outro aspecto que deve ser citado dentro da obra *A Escrava Isaura* é acerca do papel incubido às mulheres no século XIX e os limites sociais que lhe foram impostos.

A mulher ocupava uma incumbência de submissão e controle, exercendo a personalidade moral e conservadora na figura de matriarca e esposa que conciliasse o direcionamento secundário do lar familiar, ora sendo gentil, casta, com dotes domésticos e obediente sendo este o objetivo do patriarcado no século XIX. Sustentando estes requisitos às funções das mulheres.

A representação das três mulheres na obra remete a imagem orquestrada pelos homens e os deveres que lhe deveriam ser concedidos e cumpridos, estabelecendo critérios apregoados pelo sistema governado pelo homem e realizado pelas mulheres. Refletindo o ideal de mulher dotada de abnegação e as atitudes que ela deveria evitar.

A estruturação desta sociedade liderada pelo outro gênero relacionava o mulher somente ao papel do matrimônio. Acerca do matrimônio no período oitocentista: Era comum no período oitocentista o arranjo de matrimônio pelos pais dos noivos. Na maioria das vezes, em famílias da classe alta, era relação de concessão econômica, ao qual as duas partes negociavam – se e atingiam os seus propósitos. Sendo uma prática social, centralizada na manutenção do patrimônio, alianças de caráter político e na honra familiar, desvinculada de sentimentos românticos ou afeto pessoal. Estes casamentos unificavam as propriedades, títulos e posses. Estas uniões visavam contratos sociais e econômicos. A concessão do dote da noiva era um ato de antecipar a sua herança matrimonial.

O consentimento dos mais velhos era essencial para o estabelecimento destes arranjos, com o intuito de proteger a reputação familiar e evitar relações matrimoniais com as classes consideradas socialmente inferiores. Assim como era costume na Idade Média estes matrimônios arranjados pelos chefes familiares, no Brasil isto se dará de forma sistemática entre as famílias. As mulheres desde o seu nascimento já tinham o seu próprio dever social: o casamento.

Desde o início de sua vida era ensinada a seguir os moldes de uma esposa submissa, no primeiro momento pelo pai ou irmão que a zelavam enquanto era uma mulher que não estava casada, para que futuramente fosse dada ao estado de desposar pelo seu marido, sendo zelada desta vez pelo seu cônjuge. Já as uniões matrimoniais na classe baixa tinham uma dinâmica

diferente. Esta classe era formada por lavradores, agricultores, artesãos, pequenos comerciantes e libertos. Estes casamentos entre as classes menos abastadas tinham como objetivo no estabelecimento das alianças de trabalho e controle social do que a preocupação com a união de posses.

Ao contrário do que ocorria nas classes de hierarquia alta, em que o dote era um dos interesses principais, na classe inferiorizada era um acordo de parcerias para o aspecto do trabalho. De igual proporção também era comum os pais escolherem os parceiros de vida de seus filhos, fortalecendo as uniões de trabalho ou até pequenos bens. O dote popular raramente envolvia terras ou escravizados, geralmente eram mais presentes como utensílios domésticos como panelas, fogão a lenha, cadeiras, mesas ou camas. Davam – se animais como vacas, galinhas, porcos ou perus e até ferramentas de trabalho. As jovens mulheres da classe baixa casavam – se com o propósito de terem estabilidade social e econômica, visto que não havia muitas outras alternativas eficientes para poderem sobreviver numa sociedade de predomínio patriarcal.

Em certos casos, algumas moças pobres realizavam o uso de suas próprias artimanhas de sedução com os homens mais ricos, almejando conseguirem um estimável matrimônio ou simplesmente com a finalidade de obterem dinheiro. No século XIX havia muitos casos de homens ricos e casados terem amantes em que eles sustentavam pelo seu próprio prazer sexual. Na mentalidade patriarcalista, entendia – se que a esposa tinha a função de procriar e a amante de lhe fazer cumprir o seu desejo carnal.

As mulheres da classe baixa que não casavam – se por alguma circunstância específica, prostituíam – se em bordéis por necessidade de garantia de sobrevivência financeira ou eram forçadas por outro indivíduo. Estas mulheres, por outro lado sofriam estigmas sociais perante a religião que as condenava como pecadoras carnavais e o meio social taxado como moral. Os bórdeis do período oitocentista eram espaços vistos de medida libidinosa que causava aversão a sociedade ou eram considerados a um estabelecimento essencial para o comércio por ser frequentado pelos homens de elite.

Acerca da família patriarcal no Brasil durante o século XIX, Gilberto Freyre interpreta que a família tradicional seria a unidade das relações sociais dos brasileiros e o homem pertenceria á camada que domina na sociedade patriarcal. Os meninos do século XIX eram desde de sua tenra infância, moldados a estudarem nos colégios ou até seminários católicos ou em condições mais prestigiadas, a formarem – se em universidades europeias.

Os homens eram considerados entes capazes de mudar o percurso da sociedade e um héroi no centro político, porém às mulheres eram vistas como figuras do conservadorismo doméstico e submissa ao homem.

Em relação às meninas, sua forma de aprender era muito distinta ao dos meninos. Elas eram educadas a serem boas mães e esposas no ato doméstico. Gilberto Freyre respalda que sobre o matrimônio destas meninas, era comum casarem – se na faixa etária de doze, treze ou catorze anos por mediação dos seus pais que preocupavam – se que elas não conseguissem casar até os vinte anos, idade que era considerada a mulher uma solteirona e de difícil possibilidade de casamento.

O patriarcado rural no Brasil, resultante do processo de colonização dos portugueses é formada por seis estruturas: o lar, o emprego, a sexualidade das mulheres, a violência, a cultura e o Estado que é o que proporciona essa distinção de gênero.

A economia do Brasil era guiada pela agricultura, com a vinda das mãos de obra dos africanos nas lavouras ou plantações. Essa estrutura do trabalho escravo foi concretizada durante muitos anos, estabelecendo essa economia campestre. Os homens eram os donos nesse formato de negociação, além de serem os senhores de escravizados.

Neste contexto, o patriarcalismo é conceituado historicamente a um sistema de teor social ao qual, os homens subjagam, oprimem e exploram as mulheres, denotando o seu poder sobre elas. Os filhos dos senhores de escravos eram incentivados pela figura paterna ao atingirem a puberdade a tornarem – se homens precocemente, e isto incluía na prática da sexualidade. Estes herdeiros começavam a sua vida sexual na relação com as escravizadas, pois viam – se no direito de abusar sexualmente das africanas, oprimindo as mulheres negras através da violência, ao qual eram suscetíveis nas senzalas. Gilberto Freyre estabelece conceitos e adeptos para compreender acerca da família patriarcal e como a mesma foi eficaz para a formação do brasileiro e sua identidade cultural.

A família patriarcal segundo Antônio Cândido é a base da estrutura da esfera social e cultural no Brasil desde o momento da colonização rural, apesar das transformações que sofreu no processo de modernização. O desenvolvimento da indústria é o que possibilitará a transfiguração da família patriarcal, a partir do novo horizonte de economia no país com a implantação de empresas internacionais. O mesmo denota um princípio de organização da sociabilidade, em relação às classes que regem no determinado momento histórico, e desta organização, em referência a socialização do meio de produção, ao qual essas formas de interação, as relações familiares viabilizam essa dominação no centro político e econômico.

Cândido explora em argumentos históricos e atesta sobre a fundamentação da família patriarcal no Brasil desde o século XVI ao século XVII, explicitando que desde a colônia essa foi a origem da construção desse rosto social do país. Ao elaborar acerca da história da sociedade brasileira e a sua estrutura existentes nas camadas dominantes, que trazem estas ações sociais e deslumbram a prepotência do agente masculino e a subjugação do feminino, neste caráter, o matrimônio entre parentes ou outros meios de relações que tinham o intuito de preservar a família na constituição de poder.

Para Florestan Fernandes, a família patriarcal no aspecto da função econômica, está conectada a ideia de que a família representa uma característica estrutural no âmbito social e econômico, com o objetivo de atestar que o ato das atividades econômicas está inteiramente submetido à regência das pressões sociais que são exercidas no domínio de um ente e de seus subordinados e empregados, e por sua vez, possibilita a execução do sistema patriarcal com distinção e distribuição de deveres sociais.

CAPÍTULO III

DEBATE RESOLUTO DE TEOR DESTACÁVEL HISTÓRICO DA LITERATURA DEMONSTRANDO A ASPIRAÇÃO DEMARCANTE DA TEORIA DA RESIDUALIDADE

3.1. Os ideais do abolicionismo na literatura

A obra *A Escrava Isaura* de Bernardo Guimarães, é uma fonte que nos apresenta uma imensa estrutura de conflitos sociais própria do período oitocentista, revelando a natureza do campo mentalístico de suma importância para a perspectiva histórica. Demonstrando sinteticamente a particularidade histórica através da narrativa literária com os personagens fictícios.

A mesma ganhará destaque, por ser a fonte escolhida e crucial, que será analisada para o desenvolvimento desta pesquisa. Contudo, “o que nos interessa, entretanto, não é a trama em si, mas a imagem dos personagens fictícios construída por Guimarães” (Muñoz, 2016, p. 70). O desenrolar do enredo pelos personagens é de certa forma drástica não só pelos eventos, mas pelas diversas situações e posições ao qual os personagens foram submetidos, representando características de acordo com o seu pensamento e ações que adotaram durante o processo do romance. Estas particularidades peculiares dos personagens apresentam a tonalidade sócio – cultural, religioso, racial e patriarcal em consonância com a função desempenhada por cada ente envolvido nesta literatura. As investigações que foram realizadas sobre este romance objetivaram aspectos que consideraram relevantes.

Filho (2008) enfatiza em sua análise historiográfica sobre a produção da literatura de Bernardo Guimarães, buscando obter e interpretar a forma como o autor produziu em sua escrita traços importantes da história brasileira do século XIX.

A partir desta constatação que o autor argumenta relacionada a obra, ela apresenta em sua estrutura a identificação de temáticas baseadas nos fatores sociais, comprovando que a obra de Guimarães é um artifício que pode ser utilizado para o campo de pesquisa historiográfica. Pela compreensão que a mesma possui em sua descrição literária relatos que caracterizam através de seus personagens situações que trazem a vivência da sociedade oitocentista no Brasil, a obra pode ser considerada um fragmento histórico. Ela realiza uma abordagem acerca da mentalidade social presente em alguns sujeitos, viabilizando que a obra é remetida ao senso histórico articulando com a realidade do autor.

Em outra passagem o autor faz a seguinte afirmação:

Também a questão de escravidão aparece fortemente na obra literária de Bernardo Guimarães. Na verdade, todos os desafios postos ao Brasil na segunda metade do século XIX, relacionados à escravidão (cessação do tráfico, revoltas, legislação, substituição do trabalho escravo, abolição..) [...]. (Filho, 2008, p. 107 - 108).

A obra foi produzida em um momento de eclosões sociais, mas o de elevado e luzido que envolve essas imagens é a transação do sistema escravocrata para o trabalho livre. A insatisfação com a escravidão no Brasil era crescente e muitos autores apregoavam a abolição da existência deste sistema. Bernardo apresenta um quadro de predominância ao anti – escravismo, definindo que era necessária e iminente que este fato ocorreria no Brasil.

A crescente adesão ao fim da escravidão chegou ao propósito de alcançar os eruditos e a classe burguesa, juntamente com outros autores populares que visavam um novo modelo de país mais industrializado realizassem movimentos sociais contra esse sistema, lutando em certos espaços geográficos com a utilização de armas ou propagação desses ideais às demais figuras sociais. Como foi citado anteriormente no decorrer desta pesquisa, a abolição da escravidão para muitos não envolveu interesse afetivo pelo estado do escravizado, mas sim foi olhado pelo aspecto econômico, e também porque havia a rejeição pela perspectiva de reafirmar que o desenvolvimento financeiro era moldado pelos escravizados, sendo uma sociedade sustentada por mãos escravizadas, o que era para alguns progressistas considerado repugnante.

A utopia de uma sociedade que seja elevada no desenvolvimento da nação como uma pátria que retire elementos arcaicos e participe com as outras nações em ascensão econômica, é configurada pela exclusão total do sistema escravista.

Acerca disto, dentro da literatura esta abordagem está presente quando o autor Bernardo Guimarães faz referência ao jovem Álvaro, um idealista aspirante e um abolicionista exaltado não somente por palavras que sua boca emitia. Essa descrição remonta o processo de construção da identidade brasileira, onde percebe – se a necessidade da nação renová – se com uma aparência mais civilizada ao qual entendia – se que para alcançar tal empreitada, a escravidão deveria ser abolida. Ao realizar uma análise da obra é preciso ter em mente que: “As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua” (Orlandi, 2007, p.33).

3.2. Descrições da aversão do autor com relação aos negros e o engrandecimento da pele branca

O contexto histórico do romance é diversificado pelas ações dos personagens e pela ambientalização do autor ao criterizar os adeptos recorrentes da estrutura sócio – cultural amparado pelo enredo. A composição da gramaticidade deduz o tipo de escritor que produziu a obra, assim como em qual medida ele realiza o uso de prerrogativa.

A literatura torna – se um objeto histórico, a partir do momento em que certos ideais remetem a uma dada época do contexto histórico, da nação brasileira. Sendo ele, um fundamento fortificado e embalsado pelo fornecimento das peculiaridades singulares da ocorrência do escritor. Bernardo Guimarães ao escrever a obra, possibilitou a abertura de observação voltado para o campo social. Sendo um integrante a esta envoltura histórica ao consolidar a obra como a mais célere da abolição da estratificação escravocrata. O segmento que o romance buscava inaugurar, ganhou grande destaque, principalmente quando alcançou o objetivo que propunha: a abolição da escravidão, que segundo Guimarães deveria ser cortado pela raiz.

Outro atributo a ser perscrutado é o incentivo a miscigenação. Isaura é filha de uma escravizada negra e de um português branco, e devido a esta união, resultou no nascimento de uma descendente das duas raças: africana e europeia. Contudo, a menina herdou características da cor branca, retratando a negação da personagem ter ascendência negra pelo próprio autor. Ao abordar acerca desta temática é feita a seguinte afirmação: “O sujeito afrodescendente só adquire certa visibilidade em seus romances por meio de seu branqueamento físico e cultural” (Muñoz, 2016, p. 73).

É possível constatar que apesar do escritor Bernardo Guimarães almejar explicitamente o fim da escravidão, contudo o mesmo reflete a aversão a cor negra e minimiza em sua obra o impacto da união entre um branco e negro, viabilizando a tendência de embraquecimento físico e cultural como é repercutido na personagem Isaura, principalmente por seu caráter e brios, criando a aspiração de embraquecimento do povo brasileiro pela miscigenação, idealizando desta forma o pensamento que isto iria civilizar e aculturalizar a nação.

A obra reflete a tentativa de proximidade com o público, através dos aspectos culturais como a cenarilização dos elementos campestres, assim como que a união das raças beneficiaria o Brasil pelo fato que o branco iria propagar os seus costumes, influenciando seus parceiros matrimoniais a serem reeducados em uma cultura com um porte mais desenvolvido.

Contudo, entendia – se que “O negro como representante de uma cultura não ocidental, não é aceito pelo autor” (Muñoz, 2016, p. 73).

Com relação a concepção do ideal da natureza branca, ela é descrita no romance de consciente e sábio, uma figura que detinha o conhecimento de tudo, considerado um ser divino de Deus e que foi dada a misericórdia. Um sujeito ambicioso, capaz de executar o progresso do país, elevando – o ao patamar ideário de refinador do processo que levaria ao fim da escravidão do Brasil por seu ser preenchido de candura. Isaura é descrita como uma personagem levada pelo uso da razão, por sua mentalidade ser de tendência branca e a única que se beneficiou com a compra da fazenda onde nasceu e cresceu por Álvaro, que encantou – se pela formosura e conhecimento da própria. Quanto aos escravizados, o romance descreve como posse suas, mas por seu espírito de bonomia e adepto ao abolicionismo dá outro favor:

Com tais ideais, Álvaro não podia deixar de ser abolicionista exaltado e não o era só em palavras. Consistindo em escravos uma não pequena porção de herança de seus pais, tratou logo de emancipá – los todos ... Organizou para os seus libertos em uma de suas fazendas, uma espécie de colônia, cuja direção confiou um probo e zeloso administrador.(Guimarães, 1875, p. 70).

O personagem Álvaro remete a um caráter de homem de grande excelso conferido de um espírito de bondade. Sua figura é um atuante que denota o aspecto da percepção dos movimentos sociais vigentes do século XIX. O seu ideal é de um revolucionário, que compreende a necessidade de alterações no sistema do Brasil. Sendo um adepto ao abolicionismo, expressando – se não somente por suas palavras, mas por suas ações refletindo o ideal do futuro do país. O romance afirma que Álvaro por ser uma alma de benevolência, liberta os escravizados em sua posse. Contudo, esta liberdade é nexa pois é afirmado que enviou todos os escravizados que lhe pertenciam á uma fazenda onde viveriam e eram regidos por um administrador zeloso. A compreensão de que o negro não deveria viver solto afora das mãos do branco, comprova que o branco se via na necessidade de tutelar o africano.

Adiante, o autor Bernardo Guimarães é um sujeito histórico totalmente a favor da libertação dos negros, contudo, isto não significa que ele nutra algum sentimento de humanidade e isto é visível nas suas literaturas, principalmente em A Escrava Isaura, constituindo uma representação de cunho negativo e um quadro de inferiorização com relação a natureza dos negros. Na narrativa a fazenda ao qual Álvaro cedeu aos seus antigos escravizados era proporcionada para eles cultivarem como se fossem para serem admoestados numa proteção em forma de situação sob tutela, que regeria e garantiria que eles ficassem totalmente dispersos sem praticar nenhum serviço manual, reforçando o ideal do negro como um ocioso, o próprio romance faz referência

a essa perspectiva branca sobre a característica dos negros acerca de sua condição de raça (Silva, 2024, p. 41 - 42)

O branco é idealizado de um caráter de conhecimento e de alma limpa, e o negro é o oposto destes adjetivos. No romance, a representação de Isaura como um anjo de pureza e Rosa como uma rapariga faceira, insere – se por suas distinções raciais. A obra enaltece a figura do branco remetido a um herói, que se compadece do estado do negro. Na narrativa a natureza branca de Isaura é a mais eminente em comparação a sua origem negra que é a causa de seu infortúnio. A circunstância de possuir traços de um ente europeu é o que dá credibilidade a sua estonteante beleza e a sua refinada educação que aprendeu com um esmero por sua tendência cultural europeia, dentro do enredo é o atributo mais destacado. A debatente argumentação da extrema romantização da aparência física de Isaura, inerente ao desígnio de mascarar a subalternização do negro, mesmo sendo de teor abolicionista, faz – se repensar que o termo abolicionismo não é inerente ao sentimento de acomodação a situação de escravidão ao qual o africano foi submetido pela régia do sistema que compreendia o ser humano como mercadoria, desprovido de qualquer traço de tratamento que se daria a um ser com a capacidade cognitiva ou de liberdade. O romance de forma sintética passa – nos uma sucinta apregoação: o estado de escravidão imposta na protagonista Isaura é de caráter inaceitável, pois ela é de uma beleza incomparável, por este fator as mazelas da escravidão não deveria pertencer a sua hierarquia, pois é entendido que “é bonita demais para mucama” (Guimarães, 1875, p. 34). Essa justificativa é acentuada pela predominância de sua cor branca, herdada pelo seu pai. Um branco numa posição de escravidão aos olhos da sociedade oitocentista era visto como um vitimizado, diferente de um negro. Isaura não é remetida a escravidão ou inferiorização da própria como ente, mas é construída for a da condição de escravizada devido a classificação europeia que foi atribuída a ela, tornando – se impossível de conciliar – la como uma figura escrava relacionando a ideia de sofrimento e violência que os escravizados eram submetidos.

Este aspecto segundo Figueiredo (1968) é constatável quando a personagem Malvina, senhora de Isaura e esposa de Leôncio relata acerca da aparência de Isaura no romance: “És formosa, e tens uma cor linda, que ninguém dirá que gira em tuas veias uma só gota de sangue africano” (Guimarães, 1875, p.11).

Figueiredo (1968, p. 316) enfatiza que armou – se uma situação imperceptível de notar – se ao qual as destrezas são enaltercidas em oposição aos “defeitos” de sua ascendência negra. De contorno inibido pelas palavras do autor ao apresentar uma literatura tão instigante, o leitor não aterria ao detalhe de renegar a Isaura como uma filha de negra, pois os seus dotativos são o que

possibilitam a minimização deste impacto que seria irremediável caso ela fosse negra. Segundo Muñoz (2017):

A vinculação da feiura á cor negra é uma característica que se faz presente também no romance abolicionista *A Escrava Isaura*. Nesse romance, onde os negros desempenham apenas um papel secundário, o autor, através da instância narrativa, parece apresentar as escravas da fazenda de forma gradativa. [...] (Muñoz, 1968, p. 123 -124).

A autora refere – se a caracterização das escravizadas no salão de fiar e tecer lã e algodão, trabalhpneste realizado pelas negras ao qual, Guimarães as descreve como criolas e mulatas de diferentes idades com fisionomias de cores e feitios, desde a velha africana,trombuda e macilenta, até a roliça e luzida crioula e a mulata quase branca.

A entonação que é referenciada a estas mulheres africanas é de desprezo aos traços africanos desprovido de qualquer beleza, ou que simplesmente a beleza era estritamente pertencente a mulher branca. Quanto mais clara a cor de pele fosse, mais bela seria. Estas descrições, por sua vez reforça a ideia de subalternização do indivíduo negro mediante a sua participação na história. Bernardo Guimarães construiu uma visão do modelo padronizado de beleza através da descrição de sua heroína branca, desta forma assumindo a concepção de dominância do ente branco, quanto ao negro é rebaixado por sua condição física desprovido de qualquer ideal de beleza.

A união de um europeu e um negro, resultou historicamente no mulato. Contudo, o mulato branco era a versão de beleza para o autor Guimarães. O fato do escritor desclassificar a personagem Isaura como negra, produz em sua obra a inferiorização do afrodescendente que nascesse de traços negros, repercutindo que a identidade do brasileiro é branca.]

3.3. Concepções para a formação da identidade brasileira na literatura

No século XIX, principalmente após a independência do país será instigado e incentivado aos artistas como pintores e escritores, criassem em suas obras as caracterizações que forneceriam a formação do sentimento de identidade na nação recém – criada, anteriormente seguia moldes europeus. O incentivo do imperador do Brasil, D. Pedro II ás artes será de suma importância para estes literatos, pois o investimento abrirá as portas para o aumento de publicações de obras. O Brasil está inserido dentro de um quadro de formação da identidade, isto foi intermediado pelas obras que intermediado pelas obras que apresentaram a peculiaridade

da nação, sobretudo dos cenários campestres e ruralizados atrelado a economia baseada na pecuária e agricultura.

A evidência de a nação brasileira seguir a tendência de predominância da cor branca em detrimento da negra, mostra – se que a idealização do futuro do Brasil seria de traços físicos de predomínio europeu relacionado com a percepção de que a adesão do escritor Bernardo Guimarães em sua obra era a necessidade do Brasil industrializar através da destituição do sistema escravista pelo trabalho assalariado, buscando inserir o país dentro do processo de desenvolvimento econômico e social ao qual as outras nações seguiam com a Inglaterra. Muñoz (2016) corrobora que:

As obras de Bernardo Guimarães, apesar de terem sido escritas após ser decretada a independência do Brasil de associação com política com Portugal, refletem as estruturas coloniais que persistiam na sociedade brasileira do século XIX. Esse período de pós – independência marcou no Brasil um momento de grandes tensões políticas e sociais. Os intelectuais brasileiros buscavam definir a própria identidade e posicionar o Brasil como nação autônoma e moderna no contexto internacional, e para isso fazia – se necessário pensar e projetar a nação futura. Debateram – se, portanto, assiduamente questões como a forma de governo a ser adotado, o abolicionismo e a nacionalidade. A instituição da escravidão, praticada no Brasil já havia mais de três séculos, começava a ser vista como um anacronismo. Todos os países considerados civilizados já a haviam abolido, e o Brasil continuava a manter seus escravos. (Muñoz, 2016, p. 69 -70).

Muñoz (2016) apresenta uma caracterização histórica, contextualizando a configuração do Brasil e as suas tensões políticas e sociais. O Brasil via – se pressionado pela instância de obrigação de influência dos liberais que consideravam a nação em situação de retrocesso por ainda existir a escravidão nas raízes de sua economia. Esta instabilidade era repercutida pelo fato da nação não seguir os moldes internacionais do século XIX. Esse acúmulo político e social desencadeou a manutenção considerada tardia do Brasil em suas estruturas. Essa necessidade foi provocada da percepção de alguns pela necessidade do Brasil estabelecer parâmetros para criar a identidade.

“A fim de mudar esse quadro, surgiram alguns escritores engajados na luta contra a escravidão. Entre eles destacou – se Bernardo Guimarães que, ao projetar no romance o futuro almejado para o país, deixou transparecer sua ideia de nação e brasilidade.” (Muñoz, 2016, p. 70).

O incentivo da arte literária significou a reorganização do senso brasileiro de entender – se como pertencente à nação brasileira e quem encaixaria – se neste requisito. É compreendido que o Brasil deveria deixar de lado os projetos arcaicos, isto é, a escravidão em seu território. A Escrava Isaura definiu quem é o brasileiro, seja o seu caráter ou as suas características físicas, estabelecidas como branca.

A aspiração de um Brasil com autonomia e desenvolvido fez com que os leitores destas publicações almejassem a abolição de forma definitiva do Brasil. O Brasil ambicionado por Bernardo Guimarães é intencionalmente pautado como livre da escravidão, todavia isto não significa que os negros deveriam ser simplesmente soltas da tutela do homem branco. Estes entes são destacados como subjugados e acometidos pelo vil sofrimento imposto pela escravidão que somente o branco como herói teria o poder de destituir. O estado do negro como um escravizado apreendido pelas mazelas deste sistema, arquitetou a criação da imagem do homem branco de caráter complacente e preenchido na virtude de bonomia. Este homem branco é o ideal de avanço para o desenvolvimento do Brasil.

Em suas obras o autor insere a negação da cultura africana, assim como uma identidade brasileira, assim como impondo aos personagens negros a repugnação à sua própria cultura, remetendo – o como não civilizada, quanto a cultura europeia é a almejada por estes agentes imprimidos em uma versão ocidental. Nesta abordagem Muñoz (2016) reflete:

“A imagem que Bernardo Guimarães projeta do futuro do Brasil é a de um país livre da escravidão. Contudo, embora pleiteie a emancipação dos escravos, podemos observar que o autor designa aos personagens negros e mulatos um papel subordinado em suas obras” (Muñoz, 2016, p. 73).

3.4. O catolicismo na literatura de Bernardo Guimarães

Na literatura A Escrava Isaura, outro fragmento a ser analisado e observado é a religiosidade. O Brasil alicerçou – se de sobremaneira a religião cristã, estabelecendo desta forma a fundamentação na estrutura brasileira. Esta religião unificou e participou da criação da identidade e cultura brasileira. O catolicismo, sobretudo teve a capacidade de realizar em sua base a concepção do ente pertencente como sendo o aceitável ao grupo social.

Mancio (2020) enfatiza que a obra do autor Bernardo Guimarães é uma “apropriada ferramenta para a compreensão da religiosidade existente em determinada época e lugar”, outrossim, ela é um instrumento que foi construído no século XIX e permaneceu até a nossa

contemporaneidade. Sendo ainda um dos romances mais céleres e lidos da literatura brasileira. Portanto, este romance impacta nos ambientes escolares e estudos de obras literárias do país.

Segundo Casamasso (2020, apud Mancio, 2020, p. 324) a sociedade brasileira do século XIX “era uma sociedade embassada no modelo religioso europeu”, baseado sua constituição numa religião oriunda do mundo ocidental, usado como instrumento de existência de uma cultura que deveria ser regida pela crença, ao qual estabeleceria réguas morais às todas as camadas.

Mancio (2020) atesta que a obra de Guimarães é possível de observar acerca dos valores religiosos do catolicismo inseridos na estrutura do enredo de forma visível.

A ideia da desavença demonstrado pela dicotomia do bem e mal caracterizado nos personagens fictícios Isaura e Leôncio, revela a presença da religião, principalmente pela protagonista Isaura ser dotada como uma devota fiel a fé católica, acreditando que sua índole e sua recusa aos desejos insanos de seu senhor Leôncio é um pecado contra á todos os princípios morais, que o cristianismo reflete. A mesma escolheria o castigo físico das chicotadas e até mesmo a morte se fosse necessário do que cometer tal perjúrio contra a si mesma, aos céus e á sua senhora Malvina. Quanto a Leôncio é desprovido de qualquer referência a adoração ao catolicismo, e devido a isto ele é um agente vilânico não só por perseguir Isaura, mas por não praticar a religiosidade. A religião é um estrato bastante presente na obra, ambientalizada na estrutura social e político, pois o catolicismo era a religião oficial do Brasil no século XIX, ela foi promulgada pela Constituição de 1824, na qual o artigo 5º em sua descrição repercutia o seguinte:

“A religião católica apóstolica romana permanecerá a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão liberadas com o seu culto particular, ou doméstico em casas parra isso destinadas, sem forma alguma for a do templo.” (Brasil, Constituição, 1924).

A adoção do poder imperial brasileiro em estabelecer a religião católica como a oficial do Brasil, contribuiu para a consolidação da permanência e atuação no cotidiano da sociedade escravista. Além do mais, o próprio imperador D. Pedro II deveria ter uma relação com a igreja católica e os seus membros participavam das decisões políticas do país antes mesmo do imperador tomar o poder. A oficialização da religião católica no Brasil foi feita por seu antecessor, D. Pedro I. No período do Brasil colônia foi assinado um documento no século XVI ao qual autorizava aos reis Ibéricos a administrarem o ordenamento da igreja católica nas

colônias. Segundo Gomes e Cysneiros (2014) a relação entre a religião e o poder político das colônias permanece no Brasil Império através da Constituinte de 1824 que além de oficializar o catolicismo como religião oficial, concedeu direitos de Padroado pelo lado da Santa Sé ao imperador.

Medeiros e Gileno (2018) afirmam que em 1864, o papa Pio IX havia enviado uma bula que dispunha, que os católicos relacionados com a maçonaria fossem veemente excomungados da igreja católica, contudo este anúncio afetaria o próprio imperador D. Pedro II, pois ela era um pertencente da maçonaria, o que era um perjúrio para o papa. (Medeiros; Gileno, 2018, apud Mancio, 2020, p.89).

No âmbito do cotidiano social, era uma religião seguida pelas camadas do corpo social do século XIX, isto é nítido na obra de Guimarães. A representação dos dogmas do catolicismo estão inseridos na obra, principalmente na classificação dos personagens idealizados na benignidade da religião, sendo esta a razão que concerne a caracterização dos respectivos agentes fictícios. A protagonista Isaura é uma elaboração deste ideal de religião a ser ambicionado para o futuro do desenvolvimento do país. A padronização da religiosidade no contexto da obra remete – a dentro de um enaltecimento do catolicismo, unificando – o e sacralizando – o em adepto moral. É observável que a mulher, no caso de Isaura é percebida numa classificação que segue os preceitos da religiosidade com fervor e vigor. Entende – se que a personagem Isaura é uma agente que sofreu com o processo de cristalização e colonização ao qual o Brasil foi construído.

3.5. Enredo do romance

O romance considerado de categorização abolicionista *A Escrava Isaura*, publicado em 1875 pelo escritor Bernardo Joaquim da Silva Guimarães é contextualizado numa fazenda no município de Campos de Goitacases, Rio de Janeiro.

O proprietário deste lugar é Leôncio, ao qual herdou de seu pai, o comendador Almeida. Leôncio casou-se por conveniência de seus pais com a formosa filha de um rico negociante da corte, Malvina com quem mora na fazenda. Em sua posse há uma bela escrava branca de nome Isaura, filha de uma escravizada negra com um antigo feitor português.

A trama relata que da união da escravizada chamada Juliana e o feitor português Miguel, é concebida Isaura. Juliana morre devido aos cruéis escrúpulos do comendador Almeida que lhe são aplicados. Miguel é expulso da fazenda pelo comendador e a sua tenra filhinha é designada a uma propriedade do comendador, que lhe deu o preço de dez contos de réis pela liberdade de Isaura.

O português consegue este preço, contudo os libidinos e ardentes desejos de Leôncio por Isaura, o fizera contrair a este acordo que julgava inviável. Neste momento após constatar a quantia exata chega uma carta que avisava da morte do antigo dono da fazenda, adiando a liberdade de Isaura. Leôncio considerou esta justificativa benéfica para seu próprio fortúnio, pois não levou-se ao luto pelo falecimento de seu antecessor, tramando planos de prolongar o assunto do cumprimento da compra da alforria de Isaura e tendo objeções a este fato. A filha de Miguel encontrava-se em situação excruciante, seu pai temia por sua vida. Leôncio preferiu permitir que Malvina fosse embora da fazenda do que libertar Isaura, esta lhe repelia por sua mente não condizer com as especulações atrativas e torpes de seu senhor.

Ao ver que sempre era rejeitado, seu senhor passa ameaçá-la com os castigos desumanos que lhe levariam a morte. Após a saída de Malvina, Isaura é enviada para realizar a tecelagem com as outras negras. Entre elas há uma denominada Rosa, a mesma possui uma inveja a Isaura resultado de uma intensa cobiça que seu senhor Leôncio nutre por sua rival. Rosa era amante de Leôncio, contudo, após realizar seus prazeres com Rosa, seu senhor Leôncio ao observar o encanto da jovem e estonteante Isaura, passa a ignorá-la e ter olhos atentos na protegida de sua mãe. Rosa ao notar que a atenção que anteriormente era dirigida para si não era mais sua, entra em fúria, como reação torná-se um empecilho na vida de Isaura, zombando ao presenciar a mesma ser encaminhada para a sala de tecelagem ao invés de continuar no salão como principal ornamento.

Miguel ao perceber o estado em que sua filha se encontra, receando que Leôncio mate-a por não ceder aos seus caprichos, arquiteta um plano de fuga para ambos e com eficácia conseguem tal empreitada direcionando-se para Recife. Isaura e seu pai passam a usar nomes falsos para que não os encontrem e se disfarcem. A fugitiva utiliza o nome de Elvira e seu pai de Anselmo.

Em Recife ocasionalmente conhecem o jovem Álvaro. O ilustre jovem ao ver uma figura esbelta amou-a. Todavia, a desventura do aparecimento de Leôncio em Recife para buscar Isaura, põe em desilusão um caminho para retirar a jovem das mãos de seu senhor. Após trazer Isaura, Leôncio reconciliou-se com Malvina que também retornou para a fazenda. Leôncio vingando-se de Isaura não somente por recusá-lo, mas pelo amor que Álvaro havia lhe confessado a escravizada, planejou casá-la com Belchior, um jardineiro de aparência despreziável ao qual nutria um encanto apaixonante por Isaura. Isaura aceita casar com Belchior, pois a sua liberdade dependia deste casamento, seu senhor Leôncio impôs a realização desta ocorrência como forma de vingança contra Isaura.

Leôncio é avisado da chegada de pessoas em sua porta, pensando ser o vigário para oficializar o casamento e o tabelião para dar liberdade a Isaura, chama Malvina, contudo

supreende-se quando ver que é Álvaro acompanhado de outros senhores importantes. Leôncio contrariado com a visita de Álvaro tenta irritá-lo com a notícia do casamento de Isaura, contudo uma reviravolta toma o formato quando Álvaro afirma que nem Isaura e nem a fazenda lhe pertencem mais, apresentando os papéis da confiscação das posses de Leôncio em que Álvaro comprou todas as dívidas que Leôncio tinha retitendo os títulos e posses. Sem alternativa que lhe escapasse desse desalento retira-se do salão em fuga, Malvina segue-o, contudo antes de alcançar Leôncio o mesmo já havia disparado um tiro em sua cabeça.

3.6. Reflexo congênere da construção da imagem do feminino no romance e o período medieval na configuração das três personagens femininas na narrativa

Assim como Muñoz (2016, p. 70) afirma em sua análise ambientalizada sobre a natureza do romance: “O romance reflete a estrutura patriarcal do momento histórico no qual se desenvolve o enredo [...]”. Apesar do romance girar em torno do conflito entre abolicionistas e escravocratas de compostura perceptível, contudo há a existência da impregnação do patriarcado dentro da mesma, demonstrando a alteração de certo modo entre homens e mulheres. Citada dentro do romance como uma personagem dotada de uma imensurável formosura, a bela escravizada Isaura é apresentada como a protagonista, contudo ela não é uma personalidade com a capacidade de agência, pois a narrativa é guiada pelas decisões na maioria dos momentos pelos agentes masculinos: seu pai Miguel, seu senhor algoz Leôncio e seu pretendente Álvaro. Guimarães constrói desta forma a imagem da mulher ideal para o futuro do Brasil, criando o imaginário e perpetuando das qualidades e caracterizações de uma mulher modelo para aderir aos moldes da sociedade. Agindo conforme as regras de conter – se aos seus desejos traiçoeiros e carnis, agindo com devoção a religião como uma estimável adoradora e sendo pura influenciada pelos dogmas do ideal de pureza da santa católica, mãe de Jesus.

As mulheres recebiam desde a sua infância, seja pela sua mãe ou pela figura de uma mulher ao qual deveria seguir os mesmos atos que a refletissem para estar adequada a conviver numa sociedade patriarcal. A religião estava relacionada a este molde que as mulheres deveriam encaixar – se com maestria, sendo o seu padrão orientado pela santa Maria, o ideal de pureza e abnegação. As mulheres da alta classe social aprendiam a ler e escrever, contudo o conteúdo de leitura era restrito, principalmente sobre os que abordavam sobre transmitir conhecimentos ou que não estivessem em correlação com o que pudessem instruí – las na composição social da ordem do patriarcado, orientando a portarem – se como seres secundários com relação ao homem. O elemento doméstico está de extrema naturalização conectado com o feminino, neste

caso a prática de realizar a costura como é descrito como uma das instruções de Isaura. Adiante é apresentado outros engenhos da mesma: “[...] todavia era ela hábil em todo o gênero de serviço doméstico: sabia fiar, tecer, lavar, engomar e cozinhar tão bem ou melhor que qualquer outra” (Guimarães, 1875, p. 43).

As capacidades da protagonista por sua vez, refletem e tentam moldar o gênero feminino no aspecto doméstico, remetendo a uma figura de elevantes vocações, contudo elas só são aplaudidas dentro do ambiente doméstico, associando – a aos fazeres impostos da casa. Esta própria imagem dispõe a mulher inserida somente no cenário de convivência da moradia.

A caracterização de Isaura ter aptidões domésticas é enaltecida pelo olhar da sociedade. Consequenciando na definição do papel da mesma perante a sociedade, orientado pelo mecanismo da literatura, sendo uma ferramenta da escrita induzido pela ente masculino viabilizando a manutenção deste sistema que propagou – se no período medieval de forma quase idêntica.

Souza (2017, p. 04) demonstra que: “a rua é o espaço mais frequentado, principalmente pelo homem, enquanto o espaço da casa ficava destinado á mulher”. A autora compreende que a rua é um local utilizado tanto pelo homem como pela mulher, mas a esta última, o ambiente principal é a casa onde suas obrigações estão presentes, sendo uma forma de manutenção do patriarcado. Pois, “nesse sentido, é interessante para o sistema patriarcal que as mulheres permaneçam em suas casas, cuidando de tarefas domésticas, educando seus filhos, sem interferir na ordem social” (Jacome; Pagoto, 2008, p. 11).

A secundarização do papel feminino é um elemento que assegura o estabelecimento da existência do sistema patriarcal, inibindo a participação da mulher nos poderes de decisões, quase excluindo – a da composição social.

Acerca do efeito de tecer e bordar referente ao serviço de Isaura é dito:

“É por esse ângulo que se compreende o cotidiano da mulher identificado aos teares manuais, aos bordados e as agulhas em geral, práticas que eram passadas de geração em geração como etapas fundamentais de educação feminina” (Jacome; Pagoto, 2008, p. 11).

Esses serviços eram associados a figura feminina mediante a mentalidade de pertencimento dela ao âmbito doméstico, repassado de mãe para filha sendo este seu ato de educação. A personagem Isaura é uma agente ao qual a prática de manusear uma agulha em um tecido foi – lhe ensinada e repassada por sua protetora, assegurada no papel de mãe que a educou nos afazeres domésticos, organizando a sua postura dentro da própria ordem patriarcal. Tanto a sua

benfeitora quanto a própria Isaura, passaram pelo processo de manutenção do papel da mulher. Acerca da personalidade de Isaura, Guimarães descreve:

“Era esta com efeito de índole tão bondosa e fagueira, tão dócil, modesta e submissa que apesar de sua grande beleza e incontestáveis dotes de espírito, conquistava logo, ao primeiro encontro, a benevolência de todos” (Guimarães, 1875, p. 17).

Esta explícita caracterização da personagem, reflete o molde que era inspirado pela sociedade: a submissão. Uma das características que destacavam a mesma é o seu espírito de bondade e submissão que são remetidos mediante a orientação que a mulher do século XIX deveria aperceber – se e portar -se.

Bessa (2010) denota que a mulher era definida a fragilidade e submissa, principalmente ao homem, ao qual lhe foi conferido o poder de assumir a liderança da casa. (Bessa, 2010, apud Souza, 2017, p. 01).

Figueiredo (1968) repercute que Isaura é uma mulher que se autodefine. Sua bondade e consciência são traços que são fundamentais perante a sua realidade, conduzido como árdua. Suas ações e pensamentos são frutos de atos propagados pelo cristianismo, refletidos em sua postura moral. Isaura aspira em si mesma o caráter de uma mulher de princípios e valores, segundo a sua perspectiva de observar o mundo guiada pela educação de sua benfeitora. Ela é o ideal de mulher propícia ao matrimônio, por ser um espírito manso e regrado, principalmente pela consciência de evitar de cometer pecados que contorçam a sua construção do ideal de mulher que atende aos critérios do molde do patriarcado, que a definiu como um ser, que deveria reverenciar ao homem: “– Senhor! – exclamou Isaura, correndo a lançar – se aos pés de Álvaro. – Oh! Quanto sois bom e generoso para com esta infeliz escrava!” (Guimarães, 1875, p. 148).

A protagonista é incumbida de obediência ao sistema patriarcal, uma imagem construída como padrão pela figura masculina. A projeção da personagem Isaura traz aos leitores que no século XIX era constituído por sua maioria de mulheres que liam este tipo de produção, a definição de um código de conduta que deveriam proceder.

Álvaro é o salvador de Isaura como é dito propriamente, libertando – a da mazela de sua natureza apreendida pela sombra de suas incumbências. Portanto, a sua inclinação ao homem mostra a sua submissão, sendo esta atitude vista como humilde e enaltecida para si. Correlacionando a mulher na categorização de servil a dominância do homem, compreendendo que o mesmo está posto na estrutura ao qual a ordem da sociedade está estabelecida, sendo necessário a predominância do gênero masculino, em detrimento ao feminino.

O homem é introduzido na percepção de um ente que deveria tutelar a mulher. Tal aspecto é visível no enredo da literatura de Guimarães. Isaura é tutelada pelo seu atroz senhor Leôncio, sendo este personagem em que a figura patriarcal é prepotente. Os três personagens do romance de Guimarães entornam a ideia de tutela de Isaura, sendo ambos os responsáveis pelas ações da mesma.

“ [...]– Isaura por ora não precisa de marido para protegê – la, tem o pai, que é um homem muito de bem e acaba de dar provas de quanto adora sua filha. Entregue – mo – la ao senhor Miguel, que ficará em muito boas mãos e debaixo de muita boa sombra (Guimarães, 1875, p. 51).

Em outro trecho esta lúcida repercussão da necessidade evidente da atuação do homem na agência da mulher é demonstrada por Malvina, quando esta chama seu irmão Henrique para pleitar com seu marido:

– Não, não; é preciso que vás comigo; estava á tua espera mesmo para esse fim. Preciso de uma pessoa que me ampare e me alente. Agora até tenho medo dele.

– Ah! Compreendo; queres que eu seja teu guarda – costas, para poderes descompor a teu jeito aquele birbante, Pois bem; presto – me de boa vontade e veremos se o patife tem o atrevimento de te desrespeitar. Vamos! (Guimarães, 1875, p. 32).

O translado de um homem era a necessidade de Malvina para orquestrar as suas mediações com o intuito de renhir com outra face masculina, contudo ela compreende que tal ato só proporcionaria efeito almejado com a companhia de uma influência no formato do homem consigo, mesmo que as palavras lhe pertençam. Esse pensamento de tutela da mulher eram também fundamentados pelas doutrinas da igreja católica na Idade Média que as caracterizavam como seres fracos em comparação ao homem, pois entendia – se que “sua essência era sempre a mesma, frágil e moralmente debilitada” (Pires, 2015, p. 16). Em consonância com a igreja católica, uma patente social que regularmentou a mentalidade e práticas acerca das visões sobre a mulher. A imagem sacra de Maria foi difundida pelo catolicismo como uma pertencente do ideal de pureza e maternidade, a esta referência as mulheres deveriam revesti – se como ela. Portanto, o meio de perssuadir as mulheres a adotarem o modo de virtudes e castidades desta imagem de alusão a Maria.

Segundo Ventorim (2005) durante o século XII, o culto a virgem Maria na Europa foi categorizado em quatro bases: a maternidade divina, a virgindade, a imaculada concepção e a assunção. Devido a este argumento eclesiástico eram induzidos as mulheres absterem – se de seus desejos libidinosos em que ela era suscetível, sendo aconselhado a adotarem o modo de retidão de acordo com o cristianismo, principalmente as mulheres joviais que deveriam permanecer castas até serem consentidas ao casamento. Determinadamente, a melhor expressão de seguir ao padrão de Maria, era não ter relações carnis antes do contato íntimo com seu marido, sendo este o modo de referência de santificação que deveria ser atendido por todas as mulheres com o intuito de obter a graça divina, caminho para a salvação. A obra enfatiza Isaura no aspecto de agência relativa a sua peculiaridade descrito a uma mulher boa e guiada por sua tez pertencer a reverência a fé religiosa. As suas cobertas denotam essa lícita e pormerizada identidade a sua religiosidade. “ Uma pequena cruz de azeviche presa ao pescoço por uma fita preta constituía o seu único ornamento” (Guimarães, 1875, p. 10).

Contudo, entre todos os traços marcantes de sua individualidade é a sua excessiva obediência aos desígnios da autoridade clerical que lhe foram impostos ao seu gênero como mulher perante a sacralização da igreja. “[...] Livrai – me das garras de um algoz, que ameaça não só a minha vida, como a minha inocência e honestidade” (Guimarães, 1875, p. 60). Esta prece é proferida pela própria Isaura em um momento de Leôncio impaciente com as constantes recusas de seu amor desvaneios, expõe a escravizada os instrumentos que levarão a cabo de sua vida se ela persistir em lhe negar. A sua castidade é remetida a santificação da virgem Maria, Isaura foi educada por um modelo de mulher que não deveria ceder aos caprichos sexuais do corpo, exprime a sua repulsa a estes atos carnis que são contra os seus princípios de mulher refletida pela transcendência da virgem Maria. A personagem é um exemplo de mulher que revela o ideal de pureza, bondade e que não cede aos pecados sensuais da carne, apesar das constantes ameaças do mundo contra a sua virgindade que tentam a obrigar a realizar esta empreitada, cuja considera excruciante e inadequada, preferindo a mesma ser morta se for necessário do que fraquejar a este ato de luxúria da carne. A sua moral é contra qualquer tipo de atitude que a faça ser uma mulher que executa essa prática que não condiz com a igreja.

Segundo Le Goff e Truong (2006) o grande impulso do culto da virgem têm repercussões sobre a promoção da mulher, a exaltação de uma figura feminina divina só pode reforçar uma certa dignidade da mulher. Sob esse prisma, o enaltecimento da nobreza de Isaura é destacado por sua fé e obediência a mãe santificada, segundo os preceitos da santa através de sua incansante negação aos ardentes e maliciosos desejos de Leôncio.

A segunda personagem do romance, Malvina é um outro ideal de mulher a ser parcialmente orientado pelo público feminino. Ela é retratada de resquício de benevolência assim como Isaura.

“Malvina que, apesar da sua vaidade aristocrática, tinha alma cândida e boa e um coração bem formado não pôde deixar de conceber logo desde o princípio o mais vivo interesse e tenra afeição pela cativa Isaura” (Guimarães, 1875, p. 17).

Ela possui um grande e interesse apreço estimado por Isaura inicialmente, almejando libertá-la, desejo este de sua sogra ao qual jurou realizar tal pretensão de sua esmera senhora. A própria procura seu marido Leôncio para dispôr da libertação da escravizada que considerava amiga, contudo as escusas de seu cônjuge lhe impedem de alcançar este objetivo. Todavia, essa sua compaixão e simpatia por Isaura esvanesce totalmente quando presencia a cena de Leôncio que submetendo – se em atitude de cordura perante Isaura coadunava de inflectir. Desde esse ocorrido Malvina vislumbra Isaura na mais robusta e gélida aversão tornando numa rival que julgava ambicionar o seu posto de senhora e o seu marido. Malvina foi criada de acordo com os moldes da sociedade patriarcal com utopias que foram construídas desde a sua infância sobre o matrimônio, cônica que este era o seu dever e futuro, portanto também ela é uma mulher que foi tutelada por seu pai e irmão, após o casamento este papel é dado ao seu marido, a diferença de seu estado para o de Isaura é que ela é uma mulher livre que teve o privilégio de pertencer a uma família rica, dispondo de uma classe que poderia agir como lhe provinha, contudo ainda assim por ser uma mulher sua participação na sociedade é restrita.

Em anuência semelhante ao período medieval quando nascia – se uma filha na família a educação que lhe era realizada divergia ao de um filho ao qual Brochado (2019) denomina de política sexual, distinguindo como homem e mulher relacionam – se e os deveres que lhe são impostos pelo corpo social em cada tempo. As filhas eram ensinadas a tarefas consideradas domésticas associadas ao ambiente familiar. Desde a sua juventude eram refinadas para que pudessem estar aptas ao casamento, sempre vigiadas constantemente pelo olhar patriarcal. As que não encaminhavam para os conventos, viam no casamento a oportunidade de obterem o título de esposa, mesmo que o seu marido tivesse amantes fora o que era comum tanto na Idade Média como no século XIX.

Desta forma quando a mulher obtia o status de esposa era transformada em uma propriedade do homem pelo matrimônio. Dentro deste estabelecimento a relação conjugal era orientada pelo poder do marido, submetendo a mulher a zelar pelo próprio e seus filhos, assim como afirma Rousseau (2007) “toda educação das mulheres deve ser relativa aos homens. Agradá – los, ser –

lhes úteis, fazer – se amar e honrar por eles, criá – los, consolá – los, torna – lhes a vida agradável e suave; eis os deveres das mulheres em todos os tempos, e o que se deve ensinar – lhes desde a infância”(Teodósio e Holanda, 2020 , p. 06).

Malvina segue esse ideal de mulher que almeja o casamento, provavelmente desejando ter filhos assim como as demais mulheres casadas de sua época. Ela foi lapidada desde a sua tenra idade a aprender e portar – se a uma mulher que constituiria um lar, sendo ela um exemplo de uma mulher que segue a ordem patriarcal, retratando a normalização.

A terceira mulher é Rosa. Rosa é diferente das duas mulheres anteriores. Sua procedência é totalmente contra a instituição católica e seus preceitos, assim segue em contradição a autoridade do patriarcado. Ela é maléfica, de baixaza de espírito, um ser que almeja destruir a ordem e a pacificidade do ambiente onde está estabelecido a estabilidade e o seu ser é libertino.

Acerca da caracterização da personagem Rosa é descrito:

Esbelta e flexível de corpo, tinha o rostinho mimoso, lábios um tanto grossos, mas bem modelados, voluptuosos, úmidos e vermelhos... Os olhos negros não eram muito grandes, mas tinham uma viveza e travessura encantadoras.... dava á sua fisionomia zombeteira e espevitada um chiste original e encantador... e os túrgidos e ofegantes seios que, ... lhe pulavam por baixo da transparente camisa, tomá – la – íeis por um rapazote maroto e petulante. (Guimarães, 1875, p. 40).

Esta personagem fictícia encaixa – se na concepção de mulher que era aconselhado aos homens do período medieval, a manterem – se distante. A personalidade de Rosa é descrita de teor negativo, proporcionando aos leitores guardarem um crescente excremento a própria.

Martins (2015, p. 139) demonstra que “ao longo dos séculos deenvolveu – se uma mentalidade fortemente misógina, em grande parte provocada pelo pensamento religioso que afirmava ser a mulher um instrumento do mal”.

O imaginário da inferioridade da mulher na Idade Média é repercutida pelos escritos dos eclesiásticos que viam a mulher a um ente capaz e realizar ás mais cruéis exprobações, caso o poder lhe fosse conferido. Os monges afirmavam que a mulher era o diabo na terra, sua natureza era controlado por seres satânicos, em forma de beleza.Era aconselhado aos homens que ficassem longe das mulheres, principalmente as jovens, pois era defendido que elas poderiam seduzir o homem a sucumbir ao pecado da lascívia. Martins (2015) afirma que “o corpo da mulher era a fonte dos pecados da carne”, devido a este imaginário a mulher foi subalternizada.

Ela é relacionada às obras das trevas por seu corpo ser a fonte de desejos de tentações da luxúria e faria o homem pecar, um pecado condenado pela igreja. Aos homens era dito que tivessem a sabedoria de conter – se perante a mulher. A discriminação do corpo de Rosa revela que ela era propícia ao pecado da carne e poderia fazer o homem pecar. A sensualidade da personagem traz uma ideia de ser uma mulher que os clérigos defendiam como associada ao pecado da sedução e malícia. Os discursos de inferioridade da mulher pelos eclesiásticos, não apenas era interpretação da bíblia sagrada, mas de suas estruturas corporais físicas e psíquicas. Em sua visão a mulher não era merecedora de confiança, pois sua natureza era teologicamente diabólica e suscetível ao demônio. Segundo estes ecolásticos, a mulher era responsável de viabilizar a presença do pecado, e desta forma a humanidade foi amaldiçoada por Deus, tornando – a mortal e impura. Essa argumentação foi defendida por eles utilizando o relato bíblico de Eva, a representação da mulher que faz o homem sucumbir ao pecado pelo engano e o convence a cair.

Segundo Teodósio e Holanda (2020) a igreja católica apregoou a mentalidade das mulheres relacionadas às obras satânicas em que fariam o homem fraquejar, ocasionando na queda da igreja. A mesma utilizou do exemplo de Eva, corroborando que o pecado dela refletia em todas as mulheres.

Nascimento (1997) enfatiza que Eva é um ente descrito revelado ao traço de pecador, incapaz de resistir á tentação, e devido a este fato é necessário submetê – la a tutela masculina como Isaura e Malvina, contudo, a ausência desta tutela para Rosa é o que possibilita que a própria realize os mais malignos atos.

Pires (2015) argumenta que as mulheres eram consideradas as representantes máximas de carnalidade, simbolizavam o inimigo da comunidade cristã. Além de estarem relacionadas ao pecado da carne, também do engano.

“Rosa sabia habilmente insinuar nos ouvidos de sua senhora, eram bastantes para desvairar o espírito de uma cândida e inexperiente moça como Malvina e foram produzindo o resultado que desejava a perversa mulatinha” (Guimarães, 1875, p. 54).

A mesma empenhou – se na discórdia da relação de Isaura e Malvina, consequentemente surtiu efeito, pois ambas nunca mais tornaram a ter uma boa forma de diálogo, pela desavença que Rosa atijou mais ainda, depois que Malvina interpretou equivocadamente a possível cena de Leôncio e Isaura, reduzindo a chance das duas aproximarem – se. Assim como na Idade Média, a imagem das mulheres pela idealização que seduz, construiu a identidade do feminino

numa representação negativa e de moral inferior por sua proximidade com as forças do demônio. Por Eva ter sido nascida da costela do homem, ela era próxima a tudo o que é carnal e suscetível ao pecado. É mencionado ainda sobre Rosa:

[...] menos de Rosa, que lhe tinha inveja e aversão mortal... Não era só pura inveja; havia aí alguma coisa de mais positivo, que convertia essa inveja em ódio mortal. Rosa havia sido, de muito, amásia de Leôncio, para quem for a fácil conquista, que não lhe custou nem rogos nem ameaças. Desde que, porém, inclinou – se a Isaura, Rosa ficou inteiramente abandona e esquecida. A gentil mulatinha sentiu – se cruelmente ferida em seu coração com esse desdém e como era maligna e vingativa, não podendo vingar – se de seu senhor, jurou descarregar todo o peso de seu rancor sobre a pessoa de sua infeliz rival. (Guimarães, 1875, p. 44).

Estas visões negativas acerca do feminino estão referenciadas na caracterização da personagem Rosa, dotada de toda sorte de malícia e torpeza em seu coração que foi invadido inteiramente pela sua natureza associada às práticas de satânicas, ao qual os monges produziam em seus escritos através de personagens bíblicos, contudo a representação da Eva pecadora e engadora é a mais recorrente. Não somente pelo fato da mesma relacioná – se com Leôncio de forma sensual, o que a igreja católica compreenderia que ele não conseguiu controlar a mulher libidinosa e foi tentado pelo pecado e não resistiu às artimanhas do diabo na terra, antes deixou – se levar por esta carnalidade pecaminosa e ultrajante, mas pela sua língua que foi capaz de lograr a dissensão entre Malvina e Isaura é outro fator de seu espírito ausente de controle reto, sendo pútrido por sua inveja contra a personagem Isaura, por não ter os olhos de seu senhor Leôncio voltados para sim, preferindo criar atrito e excruciantes sátiricas com relação às situações pensosas de Isaura, amaldiçoando – a de todas as maneiras possíveis, alegrando quando a protagonista entra em estados desafortunados.

Com relação a esta oprópria e porfiosa expressão de desunião entre as duas personagens mulheres, Bell Hooks (2018, p. 29)) afirma: “Fomos socializadas pelo pensamento patriarcal para enxergar a nós mesmas como pessoas inferiores aos homens, para nos ver, sempre e somente, competindo umas com as outras pela aprovação patriarcal, para olhar uma às outras com inveja, medo e ódio”.

O estereótipo da imagem difundida acerca da mulher perpetuou por vários séculos, principalmente no período que concerne a própria Idade Média, ao qual estabeleceu a mulher como uma criatura que agia segundo os seus desejos incontroláveis e carnis. Essa discussão

será hegemônica através das palavras dos eclesiásticos, sustentado por vários séculos e enraizando – se nas civilizações europeias. É compreendido neste período que: “A luxúria sexual foi originada por ela e o homem foi vítima do seu luxurioso poder” (Hooks, 2014, p.23).

A conexão que foi amplamente propagada pela mentalidade do mundo cristão entre a mulher e o pecado carnal é justificado pelos trechos bíblicos referente ao papel e a natureza da mulher. O homem por ter sido criado á imagem e semelhança de Deus, contudo foi rebaixado diante do sagrado devido ao pecado cometido pela mulher, sendo configurado a quem foi ludibriado por suas palavras e tornou – se em um agente que foi vitimizado e justificado por cometer tal erro que o destituiu do mundo santo. Este argumento foi mister por muito tempo na Idade Média e apregoadado como um critério para definir a mulher como um ser humano em sociedade, isto por sua vez orientou consequentemente para o Brasil. Ambos os gêneros homem e mulher exercem papéis distintos e definidos pelo fator social e estrutural elucidado pela implicação biológica. A mentalidade da inferioridade da mulher associada ao paradigma cristão influenciou na criação de réguas que de certa forma pudessem controlar o comportamento e pensamento dela em sociedade. Os clérigos compreendidos como detentores e conhecedores das leis de Deus, se viam na necessidade de limitar a natureza pecaminosa da mulher para que ela não perturbasse a ordem social e realizasse o ato de mirar o homem por intermédio de suas práticas aspirante ao pecado. A criação destas leis sagradas ambicionavam conter a mulher, foram executadas em prática por homens que deveriam zelar – las e punir a mesma caso não agissem a uma subordinada ao poder masculino e não desempenhasse a sua função induzida pelo mecanismo social. A mulher ocupava um papel de submissão e controle, exercendo a personalidade de moral e conservadora na figura de mãe e esposa conciliando o direcionamento secundário do lar familiar, ora sendo gentil e casta, ora com dotes domésticos e obediente, sendo este o objetivo do patriarcado do século XIX. Subentendendo que estas seriam as funções das mulheres neste momento.

A personagem Isaura é descrita e remetida a figura de castidade, sendo este um aspecto pregado pela igreja ás mulheres da Idade Média e do século XIX, definindo como mulher sagrada ou condenada por determinação desta classificação. A personagem é o espelho que deveria refletir o ideal de mulher, dotada de mansidão e resistente a sua própria natureza. Na narrativa de Guimarães a característica da religião relacionada com a personalidade de bonomia e cordura da personagem configura o aspecto eclesiástico. Este repreende qualquer possibilidade da personagem de agir segundo ás más intenções contra o estado ao qual se encontra. Aceitando por sua crença os atos ao qual são lhe imposto de acordo com sua compreensão do conceito de moralidade, mesmo que lhe custe a vida.

3.7. Resíduos do patriarcado no romance

Apesar da personagem Isaura ser a protagonista, contudo o seu papel é secundário devido a prevalência do sistema patriarcal na sociedade do século oitocentista.

Segundo Lerner (1993):

O patriarcalismo foi iniciado antes mesmo da formação da civilização ocidental. De forma gradual, institucionalizou os direitos dos homens na intenção de se apropriar e de controlar os atributos sexuais e reprodutivos das mulheres, passando a estabelecer meios de dominação, como a escravidão, e legitimando um sistema funcional de relações hierárquicas, criando um verdadeiro conjunto de ideais. A partir de então, dessa ordem social e ideológica, o homem se estabeleceu como a norma e a mulher como a subversão. (Lerner, 1993, apud Carneiro, 2009, p. 04).

Este sistema configurou – se na sociedade ocidental desde o início da construção histórica da humanidade de diferentes régias sócio – cultural. Em resolutivo oficializou em proporção absoluta o imperialismo sobre o gênero feminino além de tentar restringir a sua capacidade cognitiva e sexual, ao qual ela deveria obedecer a este líder. Esse fator foi apresentado como apologia para desvanecer o papel da mulher, limitando – a em determinados ângulos decisivos do corpo em que foi destituída pela ordem patriarcal. O patriarcalismo é caracterizado pela predominância de somente um ente: o homem. Sendo uma figura eminente em comparação a mulher em todos os aspectos. Desta forma ocorreu em consequência desta visão a imagem da mulher como um ser inferior e o homem tomou em posse as funções elevadas e centralizadas.

Carneiro (2009) discute acerca deste imaginário que foi fomentado na construção histórica. Observando que no período medieval essa mentalidade foi reforçada por essa esvanescência de poder e de educação da mulher em comparação ao homem o que vai possibilitar na manutenção da adequação do patriarcado nas sociedades ocidentais, direcionando – se na estrutura enraizada da sociedade brasileira com o início da colonização perpetuando no Brasil do século XIX. O referencial na maioria das sociedades é o homem, constituído como autoridade nas decisões destes ambientes. Desta forma a mulher foi colocada na censura por estar relacionada a sexualidade, portanto, devendo o homem restringir a sua vida sexual e satisfazendo a sua própria necessidade sexual devido a ideologia de enaltecimento do órgão genital masculino, propagado pelo patriarcado. Entende – se que o patriarcalismo teve a personalidade dominante na formação do povo brasileiro. Carneiro (2009) corrobora que dentro do romance a figura do patriarcado é

retratado no personagem Leôncio, dono da fazenda onde o enredo ocorre e herdeiro rico que detinha privilégios sobre as posses de seu pai, o comendador Almeida. Ele é descrito como o detentor de escravos, de caráter libertino e irrefreável perante os seus desejos, mas acima disto alimenta uma purgente idolatria por Isaura que cresce a cada dia por esta lhe expelir veemente, o que ascende a ira de Leôncio pelo fato do mesmo não estar adepto às recusas de nenhuma parte.

A ideia de subalternidade da mulher perante o homem é demonstrada dentro da obra quando o senhor de Isaura a trata como um simples objeto que deve ser submetido ao seu capricho, destituindo – lhe a sua capacidade de negar a realização dos desejos prosmícuos do patriarca, fornecido pela concepção do domínio do homem em sociedade, cabendo a mulher lhe obedecer sem nenhum ato de desacordo.

Bonnici (2003) afirma que:

“Na história do Brasil, a mulher sempre foi relegada ao serviço do homem, ao silêncio, á dupla escravidão, á prostituição ou a objeto sexual. Na literatura, muitos são os romances que representam, através de suas personagens femininas, essa situação.” (Bonnici, 2003, apud Carneiro, 2009, p. 123).

A literatura *A Escrava Isaura* reflete essa característica. O enquadramento da mulher de todos os aspectos sociais é relacionado a submissão mesmo que ela tenha nascida na classe alta, contudo ela não assume um papel igualitário ao do homem. Um dos aspectos que define a sua existência é a sua condição na composição da hierarquia social, esta inserção fará com que ela aja de forma ao qual o papel social lhe foi atribuído mesmo que seja mal vista moralmente como eram as meretrizes. Tanto as mulheres das classes altas ou baixas eram consideradas meras participantes secundárias e ambas estas hierarquias eram patriarcais, relacionados aos desígnios do homem, sendo este o fator de sua existência: a satisfação do homem em deter sobre o outro sujeito (neste caso a mulher) o poder de governar absolutamente.

Nas literaturas a figura feminina é retratada como secundária, mesmo que seja protagonista como no romance *A Escrava Isaura*. As alterações e as resistências contra os atos desatinos de seu senhor são manuseadas pelos outros agentes masculinos, que estão relacionados a Isaura pelo sentimento de afeição e ambos procuram mecanismos que possam providenciar a sua liberdade. Estas ações em nenhum momento são gerenciadas por ela.

Em linha geral, estes argumentos sobre as visões das mulheres como seres estagnados ou pecaminosos, foram orquestradas e defendidas por homens eclesiásticos que buscavam

compreender sobre o feminino através de suas descobertas e interpretações religiosas mediante aos seus escritos subtraídos dos textos de personagens enaltecidos dentro da Igreja Católica como São Tomás de Aquino e de narrativas bíblicas. Com o início do processo de colonização do Brasil pelos europeus, esses sistemas foram implantados e enraizados na composição do molde da nação, alicerçados e hibridizados. Um destes sistemas que foram permanecidos foi o patriarcado. Esse sistema, contudo não é o mesmo da Idade Média, pois ele necessitou adequa – se para sobreviver dentro da cultura brasileira, ele difere da característica do patriarcado europeu do período Medieval, porém concerne em alguns aspectos com a sua identidade de origem. Este vislumbre pode ser percebido no Brasil do século XIX, desta vez dentro da literatura.

A percepção da existência continuada de um determinado fragmento que tem a capacidade de adaptar – se na composição estrutural, social, temporal, local e cultural é denominada de Teoria da Residualidade. Defende que existem elementos pertencentes às culturas antecedentes, que de alguma forma sobreviveu e este resíduo transformou – se dentro de outra cultura. Este por sua vez, reflete a remanescência de caráter pertencente de uma sociedade, contudo ela era de outra sociedade e foi filtrada para sobreviver aos moldes de uma outra forma de organização social.

Roberto Pontes (2006) discorre que estes resíduos são pertencentes de uma outra temporalidade e tem a habilidade de gerar uma nova cultura, é um vestígio de uma outra cultura, tem vida e enraiza numa diferente forma de existência. O patriarcado assumiu uma nova identidade no Brasil, assim como na Idade Média, as mulheres no século XIX ainda estavam sobre o predomínio dos homens e ligadas no senso doméstico, além de serem compreendidas na função do casamento e maternidade. Desta medida, a instituição cristã providenciou que o imaginário sobre as mulheres referente da Idade Média continuasse na composição social, dotando o ente masculino de supremacia, quanto a mulher o papel de secundarização lhe era conferido. A construção da imagem da mulher seja de forma negativa ou submissa foi repassada para a cultura brasileira do século XIX, onde adequou– se e transformou – se agora através da literatura.

A literatura é um mecanismo que permitiu a continuação e transformação do patriarcado. Principlamente, quando este romance retrata as três personagens mulheres: Isaura, Malvina e Rosa. Assim como na Idade Média foi o homem que propagou acerca da inferiorização da mulher pelos seus escritos documentais, no século XIX com a obra *A Escrava Isaura* de Bernardo Guimarães será novamente o homem que descreverá a imagem da mulher, difundido sobre a personificação da mesma no Brasil, criando um certo estereótipo que desvale a sua

participação na esfera histórica e social, enquadrando – a no aspecto do patriarcado onde molda a uma sujeita histórica implicada somente ao homem ou numa concepção negativa. As recentes pesquisas explicam que a ausência da participação da mulher no centro da esfera social dá – se por meio da tentativa de apagamento de vestígios de sua presença pelo homem como forma de promulgar a sua autoridade. Dubby (1989) afirma que “todos os relatos que chegam até mim e me informam vêm de homens, convencidos da superioridade de seu sexo. Só as vozes deles chegam a mim.” (Dubby, 1989, apud Teodósio e Holanda, 2020, p.02).

Por muito tempo esta era a situação da historiografia, a ausência das vozes das mulheres na história. Contudo é necessário estar ciente que: “Do século III ao XIII, tudo o que sabemos sobre as mulheres saiu de homens da igreja” (Ventorim, 2005, p.194). O homem detinha o monopólio sobre a escrita e isto de porporção argumentativa explica essa misteriosa ausência da participação das mulheres em escritos. Esses escritos foram amplamente divulgados e fortificados no imaginário do mundo medieval. O homem compreendido como uma figura detido de poder e conhecimento poderia usufruir de tal prestígio, enquanto a mulher estava restrita ao ambiente e serviços domésticos. Esses imaginários acerca da característica física e psicológica da mulher medieval difundiu – se em outros lugares, desta forma ocorreu a manutenção da permanência destas concepções misóginas. Estas visões acerca do feminino perpetuaram mesmo após o fim da Idade Média em outros períodos e localidades como o Brasil. O país vivenciou a colonização dos povos ibéricos adotando em maioria o seu sistema político, cultural e principalmente social. O patriarcado prevaleceu na cultura brasileira, contudo transformou – se para ambientalizar e sobreviver em um diferente espaço geográfico, porém, a sua essência permaneceu intacta sendo uma remaniscência da sociedade europeia

CONCLUSÃO

A presença do patriarcado é fortemente marcado de forma institucional em muitas sociedades, que é impossível de ser ignorada. Ele é revestido de traços de aspecto natural, configurado na categoria de cultura de um determinado espaço geográfico, adaptando – se de acordo com a localidade, sociedade ou tempo. Todavia ele é originalmente de uma outra distinta cultura e logrou em infiltrar – se na estrutura social de uma certa civilização, com uma nova face, contudo ele apenas viu – se na necessidade de transformar – se para estar em situação de existência. O patriarcado é um resíduo que era pertencente de uma outra forma de organização de vida sócio – cultural e de uma outra época, mas devido a hibridização foi – lhe favorável implantar – se na composição cultural do Brasil durante o período de colonização realizado pelos povos ibéricos. Durante a Idade Média, o patriarcado possuía uma característica misógina devido as mentalidades implantadas pela igreja católica que consolidou a imagem da mulher de acordo com as interpretações relativas aos estudos de monges, estes possuíam o poder da escrita por serem considerados eruditos e analisarem os textos sagrados. Estas formulações que estes eclesiásticos construíram sobre a natureza da mulher atenuou através da religião que ela fosse compreendida como um ser fisicamente fraco, que não tinha a capacidade de controlar o seu corpo e o mesmo era o responsável de ser a causa dos desejos carnis e luxuriosos dos homens santificados e escolhidos por Deus, sendo eles aconselhados a ficarem longe de uma mulher, o que poderia consequenciar na destruição da ordem social construída por eles e trazer o fim do mundo, caso a mulher tivesse o poder do controle. Outros argumentos constituídos pelos homens clericais difundiam que ela também seria fraca psicologicamente, pois ela não tinha a capacidade de tomar decisões sábias, era uma criatura suceptível ao pecado e estaria interligada com o mal por ser a responsável de trazer o pecado a terra. Estas interpretações baseados em estudos bíblicos, defendiam que as mulheres deveriam ser tuteladas pelos homens e terem seus desejos contidos, pois era a revelação de seu intento maléfico contra a organização e por isto, a mulher durante a história foi descrita de forma esteréotipada, pois apenas havia escritos que a impusera no papel de secundarização ou visualizada em aspecto negativo. A instituição católica foi um poder que teve a capacidade de igualar as mulheres aos servos do demônio, realizando práticas pecaminosas, além de serem refletidas como seres inerentes ao predomínio do homem. No Brasil, o patriarcado tomou uma nova configuração, apesar de ter o mesmo objetivo de restringir a participação da mulher na centralidade social e inserir – la ao ambiente doméstico como um ato do domínio patriarcal. Essa presença pode ser demonstrada na análise da obra do século XIX *A Escrava Isaura*, esse romance intencionalmente é abolicionista, mas apresenta

fragmentos que fornecem uma visão que foi constituída sobre a imagem da mulher através do uso da escrita assim como foi uma ferramenta eficaz para definir sobre a mesma pelos estudiosos eclesiásticos da igreja católica na Idade Média. As três personagens femininas produzidas pelo autor Bernardo Guimarães, são um marcante exemplo da representação do imaginário que foi constituído pelos homens durante toda a história, o mesmo com o uso da escrita forneceu sutilmente a apregoação da submissão da mulher ao homem, restringindo – a ao aspecto de religiosidade, aos serviços domésticos ou de natureza referente ao mal. Isaura, é o modelo de mulher exemplar e bem visto por toda a sociedade, todavia mesmo ela sendo a protagonista suas ações dentro do enredo do romance em nenhum momento é realizado pelas suas decisões, mas pelos homens que a tutelam. A sua excessiva bondade de espírito é justificado pelo fato da mesma ser uma pertencente a religião católica e venera o exemplo de pureza e sem macula da santa católica, Maria, o que coloca em refreamento as suas perspectivas de moralidade. Malvina, é outro exemplo de mulher a ser medianamente a ser seguido pelas mulheres, a educação desde a juventude que as jovens eram ensinadas para dedicarem – se aos afazeres domésticos para serem consentidas ao casamento e conceberem filhos ou em outras circunstâncias serem treinadas a serem freiras, isto reforça o molde constituído pelo sistema patriarcal, distribuindo papéis secundários às mulheres. Rosa, é uma mulher compreendida de alma relativamente pecaminosa e de caráter ruim, um tipo de mulher ao qual nunca deva ser figurado pelas mulheres, pois ela é um ente que é contra os princípios do molde do patriarcalismo e tem a perspicácia de enganar o homem. Estas três mulheres, assim como na Idade Média foram orquestradas pela compreensão que os homens construíram sobre elas, desvalidando e restringindo – a a uma mera sujeita. A Teoria da Residualidade, do professor Roberto Pontes ao qual argumenta que mesmo na literatura tem a presença de estratos de épocas e sociedades anteriores estão inseridos como vestígios no elemento social e cultural, além das fontes escritas. Esta ideologia referencia a ausência dos relatos da participação da mulher em determinados âmbitos pelo mecanismo da escrita, e de certa forma mostra essa desvalidação de sua história. Esta exclusão da participação das mulheres na história pendurou – se por muito tempo, devido a escassez de fontes que relatem a história destas sujeitas, contudo estas lacunas apresentam uma nova perspectiva de pesquisa e investigação da história da mulher. O fato da mesma sempre ser descrita pelo olhar somente do homem e ser registrada em quase todas as fontes com a presença de um agente masculino em suas ações mostram que ela não esteve estagnada. Pois a estas mulheres suas ações importantes para o percurso da história e transformações da sociedade foram negadas nas fontes escritas, que tinham o objetivo apenas de registrar as dos homens por ser um sistema patriarcal e procura reforçar o domínio e o poder desta estrutura que se configura como um dos elementos

alicerçados numa cultura que adotou este modelo em sua forma de organização social e tem a capacidade de inserir – se em outras civilizações.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha; DANTAS, Carolina; MATOS, Hebe; LONER, Beatriz; MONSMA, Karl. Histórias do pós – abolição no mundo atlântico. Identidades e projetos políticos. Editora da UFF. Vol. 1. Niterói, 2013.
- BARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Leite. Patriarcalismo e o feminismo: uma retrospectiva histórica. *Revista Ártemis*, v.18, n. 1, p.64-73, 2004.
- BROCHADO, Cláudia Costa. A Querelle des femmes e a política sexual na Idade Média. *Brathair* 19 (2), 2019.
- CARNEIRO, Cristina Helena. A dupla objetificação da mulher em A Escrava Isaura: uma amostragem do poder patriarcal. *Revista Urutágua*.. Maringá, Paraná. 2009.
- CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.) A História Contada: capítulos de História social da Literatura no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- CHAVES, Edinéia Rodrigues. Pobreza, riqueza e hierarquização em sociedade local (Minas Gerais, século XIX). *Est. Hist*, Rio de Janeiro, vol.27, nº 53, p.157-187, janeiro-junho de 2014.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. *Cad. Pesq.*, São Paulo, (37): 5-16, Mai. 1981.
- COSTA, Ricardo Peres da. Gilberto Freyre e a infância no Brasil patriarcal. *USP – Ano VI*, n.io, p. 41-60, 2015.
- DEL PRIORE, Mary. História das mulheres no Brasil. Editora contexto. São Paulo, 2004.
- DEPLAGNE, Luciana Calado. A Contribuição dos escritos de mulheres medievais para um pensamento decolonial sobre Idade Média. *Revista Signum*, 2019, vol. 20, n.2.
- DILLMANN, Mauro. Religiosidade popular católica no Brasil durante a vigência do Padroado.

Revista Espaço Acadêmico – N° 138 – Novembro de 2012.

FIGUEIREDO, Luiz Antônio. Considerações a respeito da Escrava Isaura. 1968.

FILHO, Luciano Mendes de Faria. Bernardo Guimarães, pensador social. Revista brasileira de história de educação. Vol. 8, núm. 1, enero-abril, 2008, p. 87 - 124. Sociedade brasileira de história de educação. Maringá, Brasil.

FREIRE, Jonis. Família, parentesco espiritual e estabilidade familiar entre cativos pertencentes a grandes posses de Minas Gerais – século XIX. Afro-Ásia, 46 (2012), 9-59.

GEVEHR, Daniel Luciano ; SOUZA, Vera Lucia. As mulheres e a Igreja na Idade Média: misoginia, demonização e caça às bruxas. Revista Acadêmica Licenciaturas, 2 (1) P.113-121, 2014.

GUIMARÃES, Bernardo Joaquim da Silva. A Escrava Isaura. 1875.

HOLANDA, Halberys Moraes de; TEODÓSIO, Gabriela Maria. O feminino na Idade Média, seu lugar na historiografia e a herança para a contemporaneidade.

HOOKS, Bell. Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo. Tradução livre para a plataforma Gueto, Janeiro de 2014.

HOOKS, Bell. O feminino é para todo mundo, políticas arrebatadoras. Rosa dos ventos. Rio de Janeiro. 2018.

IZECKSOHN, Vítor. O Brasil Imperial: a guerra do Paraguai. 2017.

JACOME, Mirele Carolina Werneque ; PAGOTO, Cristian. Cultura patriarcal e representação da mulher na literatura. Ideação Revista do centro de Educação e Letras. p.9-23. 2008.

JARDILINO, José Rubens Lima; PEREIRA, João Paulo Rodrigues. História de uma instituição escolar no Brasil: o seminário “Nossa senhora da boa morte” (1821 – 1888). Revista brasileira de História da educação (v. 21, 2021). p. 03.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. IN: HOLLANDA, H.B. **Tendências e impasses: o feminino como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: ROCCO, 1994.

LE GOFF, Jacques; TROUNG, Nicolas. Uma história do corpo na idade média. Civilização brasileira. Rio de Janeiro. 2006.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precaridade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. TOPONI, v.6, n.11, jul. - dez. 2005, p. 289 – 326.

LIMA, Lucélia de. A ordem patriarcal e a literatura dissidente. V Seminário internacional desfazendo gênero. 2021.

MANCIO, Ivanessa Sanches. O século XIX: do governo de Dom Pedro II ao catolicismo retratado na obra de Bernardo Guimarães.

MANCIO, Ivanessa Sanches. A religiosidade na obra A Escrava Isaura de Bernardo Guimarães. Vitória, Espírito Santo, 2020.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil. IN: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. Novos Estudos. CEBRASP. 74, março 2006, p. 107 – 123.

MARTINS, A. M. de O. (2013). O corpo feminino na Idade Média: um lugar de tentações. IN. J. Braz & M. N. (Orgs). O corpo – memória e identidade (p.103 – 116). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

MUÑOZ, Juliana Filles Testa. Repensando a identidade nacional: uma leitura pós – colonialista de Bernardo Guimarães. Caligrama, Belo Horizonte, v.21, n.1, p.63 – 81, 2016.

MUÑOZ, Juliana Filles Testa. A estereotipização do negro nos romances de Bernardo Guimarães. Todas as musas. ISSN 2175. Ano 08, Número 02, janeiro-julho, 2017.

NASCIMENTO, Maria Filomena Dias. Ser mulher na Idade Média. Repositório Institucional da Universidade de Brasília. Universidade de Brasília. 1997.

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. As companhias de Satã: o processo de diabolização da mulher. Revista *Espacio, Tiempo y Forma*. [online]. Série IV, t. IV. Madri: UNED, 1991. Disponível na internet:

PILOSU, M. (1995). A mulher, a luxúria e a Igreja na Idade Média. Lisboa: Estampa. 1995.

PIRES, João Davi Avelar. Visões sobre o feminino e o corpo na Idade Média. Revista *Feminismos* 3 (2/3), 2015.

PONTES, Roberto. A idade média nos estudos residuais. Revista *Graphos*, Vol.17,nº 2,2015/UFPB/PPGL/ISSN 1516-1536 1.

RAMON, L. (2002). Misoginia e santidade na Baixa Idade Média: os três modelos femininos no livro das maravilhas. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lull.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SCOTT, Joan W. Preface a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, nº . 3, Campinas/ SP 1994.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão. Reflexões sobre santidade, gênero e sexualidade nos textos berceanos. (Org.) *Hagiografia e história: reflexões sobre a igreja e o fenômeno da santidade na idade média central*. Rio de Janeiro: HP Comunicações Editora, 2008, v. 1, p. 45-60. ISBN 978-85-7576-126-7.

SILVA, Elisaneas Araujo. O estigma da cor: uma análise sobre a distinção do olhar na representação das escravas Isaura e Rosa no romance regionalista *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães. São Luís. 2024.

SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista em Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH – UNICAMO*, Campinas, n.17, 1985.

SOARES, Jéssica Thais Loiola. MEDEIROS, Francisco Roberto Silveira de Pontes. Resíduos bíblicos na poesia colonial brasileira. *Rev. Humanidades, Fortaleza*, v. 29, n. 1, p.2 50-68, jan./jun. 2014.

SOBRINHO, Juliano Custódio. “A escravidão está condenada pela religião: católicos e presbiterianos no contexto da abolição (Minas Gerais, 1886 - 1888). *Estudos históricos, Rio de Janeiro*, vol.32, nº66, p. 217 – 240, janeiro – abril, 2019.

SOUZA, Vanessa Fátima Moraes de. A presença do patriarcalismo na literatura brasileira: análise comparativa entre “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis e “Senhora”, de José de Alencar. *Entrelinhas 11* (1), 2017.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. Entre escravidão e a liberdade: as alforrias em Mariana – MG. *Afro-Ásia*, 50 (2014), 45-92.

VENTORIM, Eliane. Misoginia e Santidade na Baixa Idade Média: os três modelos femininos no Livro das Maravilhas (1289) de Ramon Llull. p.193-211. 2005.

VIANA, Rafaela de Souza. 'A representação de imagens arquetípicas do feminino nos romances Sab e Úrsula: uma remanescência medieval na literatura contra – hegemônica de autoria feminina latino – americana. 2024. Dissertação (mestrado em letras) – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2024.